

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

LAURA VICENTIN LAMMERHIRT

**A SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO NO CONTEXTO SUL-AMERICANO:
Dinâmicas das relações de segurança interamericanas no século XXI**

Porto Alegre

2018

LAURA VICENTIN LAMMERHIRT

**A SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO NO CONTEXTO SUL-AMERICANO:
Dinâmicas das relações de segurança interamericanas no século XXI**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Lammerhirt, Laura Vicentin

A Securitização do Terrorismo no Contexto Sul-
Americano: Dinâmicas das relações de segurança
interamericanas no século XXI / Laura Vicentin
Lammerhirt. -- 2018.

79 f.

Orientador: Carlos Schmidt Arturi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Securitização. 2. Terrorismo. 3. Colômbia. 4.
Triplíce Fronteira. I. Arturi, Carlos Schmidt,
orient. II. Título.

LAURA VICENTIN LAMMERHIRT

A SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO NO CONTEXTO SUL-AMERICANO:

Dinâmicas das relações de segurança interamericanas no século XXI

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi
Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pelas oportunidades de reflexão, debate e troca proporcionadas ao longo dos últimos anos. Em especial, agradeço ao meu orientador, Professor Carlos Arturi, por todo olhar atento, debate construtivo e fala reconfortante durante a orientação deste trabalho.

Agradeço igualmente ao grupo de colegas incríveis que eu tive a sorte de conhecer durante o mestrado, com quem pude compartilhar risadas, desesperos e cafés, sempre na busca da construção de um ambiente acadêmico cada vez menos tóxico.

Agradeço também à minha família pelo apoio, pela torcida, pela compreensão e pelo amor incondicional. Especialmente, à minha mãe, Berenice, por ser fonte infindável de aprendizagem em tantos sentidos.

Palavras parecem faltar para expressar meu agradecimento à Clarissa, cujo apoio, carinho e voraz retórica foram fundamentais não somente por inspirar a elaboração deste trabalho, mas por tudo aquilo que passou a fazer sentido desde que eu a conheci.

Por fim, mas não menos importante, agradeço às amigas e amigos que conseguem tornar a vida mais leve e cheia de sorrisos sem nem terem que se esforçar.

“Por lo que fue y por lo que pudo ser; por lo que hay, por lo que puede faltar; por lo que venga y por este instante levanta el vaso y a brindar por el aguante”

(Calle 13)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos de inserção do terrorismo na agenda de segurança sul-americana. Ele se enquadra nas Resoluções nº 114/2014 e 115/2014 da Câmara de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, portanto, é dividido em três partes. A PARTE I consiste em uma contextualização do objeto de pesquisa, composta por uma descrição geral do objetivo do trabalho, bem como a delimitação do objeto, marco teórico e marco temporal. A PARTE II apresenta o artigo em si, o qual analisa os processos de securitização do terrorismo no Norte Andino, a partir da associação entre os movimentos guerrilheiros colombianos e o narcotráfico com o terrorismo, e no Cone Sul, através das suspeitas de financiamento de grupos extremistas islâmicos decorrente de atividades ilícitas na região da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. O objetivo consiste em demonstrar as maneiras com as quais o terrorismo foi inserido na agenda regional de segurança e as influências dos atores externos e internos nestes processos. Para tanto, foram utilizadas técnicas de análise qualitativa, com base nas contribuições da Escola de Copenhague, no âmbito dos Estudos de Segurança Internacional, no exame de documentos oficiais e mídias locais dos países envolvidos. A PARTE III apresenta a descrição da agenda de pesquisa a ser seguida.

Palavras-chave: Securitização. Terrorismo. Colômbia. Tríplice Fronteira.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the processes of the insertion of terrorism in the South American security agenda. It is in accordance with Resolutions 114/2014 and 115/2014 of the Federal University of Rio Grande do Sul and is therefore divided into three parts. PART I consists in a contextualization of the object of research, composed by a general description of the paper's objectives, as well as the delimitation of the object, theoretical framework, and timeframe. PART II presents the article itself, which analyzes the processes of securitization of terrorism in the Andean North, throughout the association between Colombian *guerrilla* movements and narcotrafficking with terrorism, and in the Southern Cone, through the suspicions of Islamic extremist groups financing due to illicit activities in the tri-border area between Argentina, Brazil and Paraguay. The main goal is to demonstrate the means through which terrorism was inserted in the regional security agenda and the influences of external and internal actors in these processes. In order to do so techniques of qualitative analysis were used, based on the contributions of the Copenhagen School, under the scope of International Security Studies, in the examination of official documents and local medias. PART III presents the description of the research agenda to be followed.

Keywords: Securitization. Terrorism. Colombia. Tri-Border Area.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abin	Agência Brasileira de Inteligência
AMIA	Associação Mutual Israelita Argentina
AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
CGSB	<i>Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar</i>
CIA	Agência Central de Inteligência (Estados Unidos)
ELN	Exército de Libertação Nacional (Colômbia)
ETA	Pátria Basca e Liberdade (<i>Euskadi Ta Askatasuna</i>)
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo
FNSP	Força Nacional de Segurança Pública (Brasil)
GTP	Grupo de Trabalho Permanente sobre Terrorismo
IRA	Exército Republicano Irlandês (<i>Irish Republican Army</i>)
Mossad	Instituto para Inteligência e Operações Especiais (Israel)
OEA	Organização dos Estados Americanos
PF	Polícia Federal (Brasil)
PGT	<i>Patterns of Global Terrorism</i>
SIDE	Secretaria de Inteligência do Estado (Argentina)
TCRS	Teoria dos Complexos Regionais de Segurança
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
USSOUTHCOM	Comando Sul dos Estados Unidos (<i>U.S. South Command</i>)
WTC	<i>World Trade Center</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Teoria da securitização em sua concepção original.....	15
Figura 2: Modelo alternativo de compreensão da teoria da securitização.....	18
Figura 3: Floresta Amazônica e Aquífero Guarani.....	50

ATENÇÃO

Este trabalho foi estruturado de acordo com as Resoluções nº 114/2014 e 115/2014 da Câmara de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Conforme a resolução 115/2014: “a Tese, Dissertação ou Trabalho de Conclusão de Curso deverá conter, além do(s) artigo(s), os elementos identificatórios normatizados pelo Sistema de Bibliotecas da UFRGS, Introdução ao tema ou problema, contendo descrição geral dos objetivos e uma ampla revisão bibliográfica, bem como Considerações Finais, contendo síntese dos resultados gerais que serviram de base para as conclusões, e mais Referências Bibliográficas pertinentes à Introdução e ao capítulo final, além dos Anexos”.

SUMÁRIO

PARTE I	13
CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
Referências Bibliográficas.....	24
PARTE II	26
ARTIGO.....	26
Introdução	27
Os processos de securitização do terrorismo na América do Sul.....	28
<i>Securitização das guerrilhas e do narcotráfico no Norte Andino: o</i>	
<i>“narcoterrorismo” e o novo rumo da Guerra às Drogas na Colômbia</i>	30
<i>Securitização da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: o terrorismo</i>	
<i>islâmico e a tentativa de inserção do Cone Sul na Guerra Global ao Terror</i>	43
Aproximações e distanciamentos.....	57
Considerações Finais	61
Referências Bibliográficas.....	63
PARTE III.....	74
AGENDA DE PESQUISA.....	74
Referências Bibliográficas.....	78

PARTE I
CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a maneira como o terrorismo foi inserido na agenda de segurança sul-americana e suas implicações sobre as relações interamericanas, particularmente entre os Estados Unidos e a América do Sul. Busca-se igualmente investigar o papel exercido por práticas discursivas na delimitação de agendas de segurança, com o intuito de examinar a influência e o impacto do discurso construtor de ameaças na política externa estadunidense para o subcontinente sul-americano. Para tanto, foi utilizado o arcabouço teórico e metodológico fornecido majoritariamente pelas contribuições da chamada Escola de Copenhague¹, no âmbito dos Estudos de Segurança Internacional, em diálogo, sempre que possível, com correntes pós-positivistas das Relações Internacionais.

A escolha por esta base teórico-conceitual, com destaque para a teoria da securitização, aplicada com algumas modificações no intuito de melhor captar as dinâmicas das relações interamericanas, levou em consideração a insuficiência explanatória referente a ameaças não-estatais por parte das teorias clássicas dos Estudos de Segurança Internacional. Em sua concepção original, de acordo com Buzan *et. al.* (1998), a teoria da securitização refere-se ao processo de classificação de determinada questão como um assunto *securitizado*. Para os autores, existe um espectro em que determinados assuntos podem ser considerados: *não-politizados*, aqueles que não fazem parte do debate público; *politizados*, tratados como parte de uma política pública; *securitizados*, entendidos como uma ameaça existencial que requer medidas emergenciais para ser detida; ou *dessecuritizados*, deixando de serem tratados como ameaça existencial. Ainda que não faltem críticas a esta classificação, tal como o entendimento de que nenhuma questão consegue se manter completamente não-politizada, o foco do trabalho consistirá na mudança de classificação de um assunto politizado que passa a ser considerado securitizado.

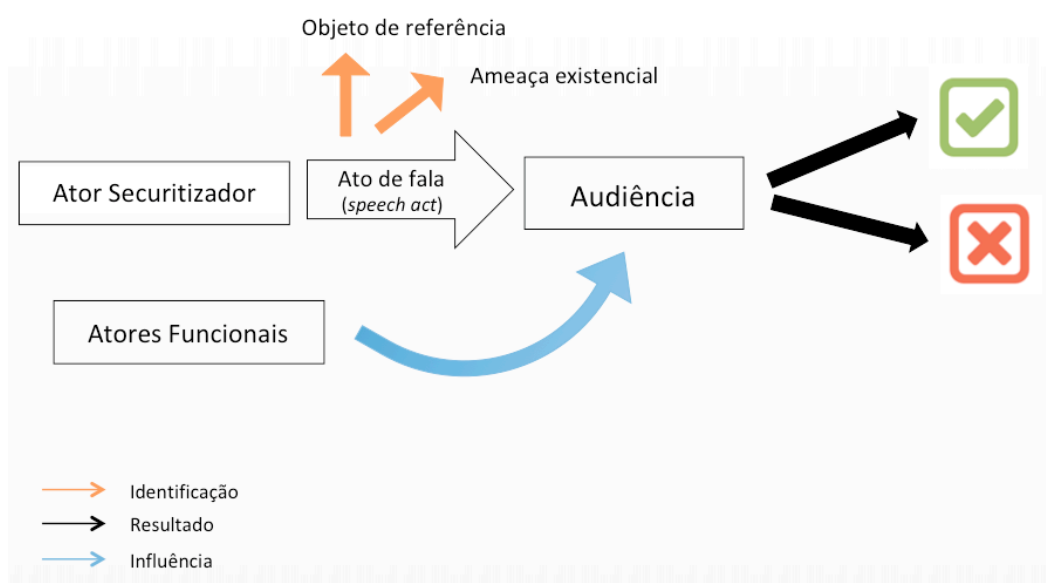
Os autores da Escola de Copenhague também se destacaram por explorar o entendimento da segurança como compartimentalizada em setores - militar, político, societal, econômico e ambiental -, os quais compõem diferentes níveis interdependentes que não podem ser considerados separadamente. Segundo Suarez (2012, p. 382):

A partir do conceito de securitização, pretende-se explorar a maneira pela qual o conceito de terrorismo e a percepção acerca desse fenômeno como ameaça se deslocam. Esse deslocamento é compreendido como um movimento que se dá em diferentes ambientes. A noção de setores é fundamental para o estudo, pois o processo de securitização, tomado o fenômeno do terrorismo, necessita se expandir por diversas áreas.

¹ Escola de pensamento dos Estudos de Segurança Internacional que enfatiza aspectos sociais da segurança internacional. Teve início com os trabalhos desenvolvidos por Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde, membros do Instituto de Pesquisa da Paz de Copenhague, na década de 1980.

Segundo Buzan *et. al.* (1998), a teoria da securitização refere-se à inserção de um fenômeno específico em uma agenda de segurança, através de um ato de fala (*speech act*) enunciado por um *ator securitizador*, como demonstrado na Figura 1. Este fenômeno deve ser apresentado como uma *ameaça existencial* a determinado *objeto de referência*, o qual necessitaria da adoção de *medidas emergenciais*² para garantir sua sobrevivência. Para que um discurso resulte na securitização bem-sucedida de uma questão, ele deve ser aceito pela *audiência* para qual o ato de fala está sendo dirigido, *i.e.*, a securitização não é uma prática passível de ser imposta, mas um processo intersubjetivo e socialmente construído. O processo ainda conta com os chamados *atores funcionais*, os quais podem influenciar, de diferentes maneiras, as dinâmicas de securitização sendo discutidas.

Figura 1: Teoria da securitização em sua concepção original



Fonte: elaboração da autora com base em Buzan *et. al.* (1998)

Dentre as principais críticas à teoria da securitização em sua proposição original, estão o seu caráter eurocêntrico e a primazia do discurso enquanto forma de expressão dele decorrente. A consideração destas críticas permitiu à dissertação tentar contornar as falhas expostas, de modo a enriquecer a análise proposta. Por um lado, a questão do eurocentrismo institucionalizado possui três reflexos que precisaram ser analisados: a dificuldade de aplicar

² Jackson (2005, p.8-9) aponta que a noção de *emergência* é entendida pelo direito internacional como uma situação em que a própria existência do Estado encontra-se em risco, o que permitiria a seus governantes tomarem as medidas que julgassem necessárias para sua sobrevivência. Segundo Suarez (2012, p. 381), os conceitos de *ameaça existencial* e *medidas de emergência* “implicam a circunstancialidade da ameaça em questão, bem como a definição do que significa para um determinado ator (setor) uma ameaça à sua existência”.

conceitos normativos e a própria teoria a realidades fora do eixo Europa-Estados Unidos; o entendimento da securitização como um processo linear, cuja ênfase está em seus resultados e não no processo em si; e o determinismo implícito na classificação dos Estados fracos e fortes por Buzan e Waever (2003). Por outro lado, a questão da primazia do discurso remeteu à discussão sobre a aplicabilidade da teoria em países não-democráticos e ao papel da mídia na comunicação política contemporânea.

Em primeiro lugar, Wilkinson (2007) aponta que a chamada *camisa de força vestfaliana*³ impede que até mesmo abordagens não tradicionais dos estudos de segurança consigam utilizar conceitos normativos, tais como “segurança”, “sociedade” e “identidade”, bem como criar teorias que possam ser aplicadas fora da realidade euro-estadunidense. Nesse sentido, duas considerações são feitas pela autora. A primeira é apresentada em consonância com a crítica de Huysmans (1998) de que o construtivismo dualístico levaria a uma minimização da relação entre o processo de securitização em si e a identificação dos agentes e do sistema nele envolvidos. Nesse sentido, Wilkinson (2007) enfatiza a importância de estabelecer uma ligação explícita entre a securitização e a construção dos elementos que a compõem (tanto do objeto de referência quanto do ator securitizador), de modo a evitar o reducionismo implícito no entendimento do processo como sendo unidirecional e inteiramente linear. Em outras palavras, faz-se necessário compreender que a securitização constrói simultaneamente a identidade do objeto de referência e dos agentes que falam por este objeto.

Contrário às alegações da Escola de Copenhague (...), este eurocentrismo latente contribui para o retrato de uma situação que é, por excelência, colocado em termos ocidentais e que “edita” os processos de securitização em uma versão linear e simplificada dos eventos dado à ênfase no resultado - isto é, uma securitização bem-sucedida - e não nos processos envolvidos. (WILKINSON, 2007, p.8, tradução nossa)

Ademais, cabe ressaltar a crítica a respeito do espectro de “nível de coesão sociopolítica entre sociedade civil e instituição de governo”, que vai do mais fraco ao mais forte, sugerido por Buzan e Waever (2003, p.21-22, tradução nossa). Considerando a necessidade de ir além da concepção moderna de Estado e de levar em conta as dinâmicas informais da política, o trabalho vai ao encontro da crítica de Tickner (2003, p.315, tradução nossa) a tal classificação, a qual argumenta que:

(...) os diversos adjetivos e esquemas de classificação empregados – fraco, quasi, falido, corrupto, incompleto, reverso – fazem uso de uma linguagem dicotômica e evolucionista que sugere que Estados terceiro-mundistas simplesmente falharam em alcançar o padrão básico da civilização moderna.

³ Termo cunhado por Buzan e Little (2001, p.25) para se referir à tendência de presunção de que o modelo estabelecido na Europa do século XVII deveria servir de parâmetro para a definição do sistema internacional em todos os recortes temporais e espaciais.

Portanto, considerando tais críticas acerca da ênfase dada pela Escola de Copenhague ao resultado da securitização e não ao processo em si, determina-se que o foco deste trabalho será justamente o contrário. Mais importante do que determinar o quão bem-sucedidos foram os processos de securitização na América do Sul, a análise buscará retratar como este processo ocorreu, quais foram os atores nele envolvidos, como estes se envolveram e quais os argumentos utilizados, enfatizando as particularidades e condições locais e regionais que possibilitaram as dinâmicas desencadeadas. Assim, torna-se possível reconhecer e trabalhar com a complexidade imbuída nas dinâmicas de securitização analisadas.

O segundo ponto levantado por Wilkinson (2007) em relação aos reflexos da camisa de força vestfaliana sobre a teoria da securitização está relacionado ao privilégio dado ao discurso em detrimento de outros modos de expressão, baseado no entendimento de que o ato de fala é sempre possível e desejável. Neste sentido, Hansen (2000, p.287, tradução nossa) discute o “dilema de segurança silencioso”, referindo-se principalmente à questão da “voz” - quem pode ou não pode “falar” na linguagem da segurança – e a situações nas quais “colocar algo como um problema de segurança é impossível ou pode até mesmo agravar a ameaça a ser enfrentada”. Em suma, a autora fala sobre casos de países não-ocidentais que não operam sob princípios democráticos e de livre expressão, nos quais questões de segurança podem ser expressadas através de formas alternativas ao discurso, tais como protestos ou migração física.

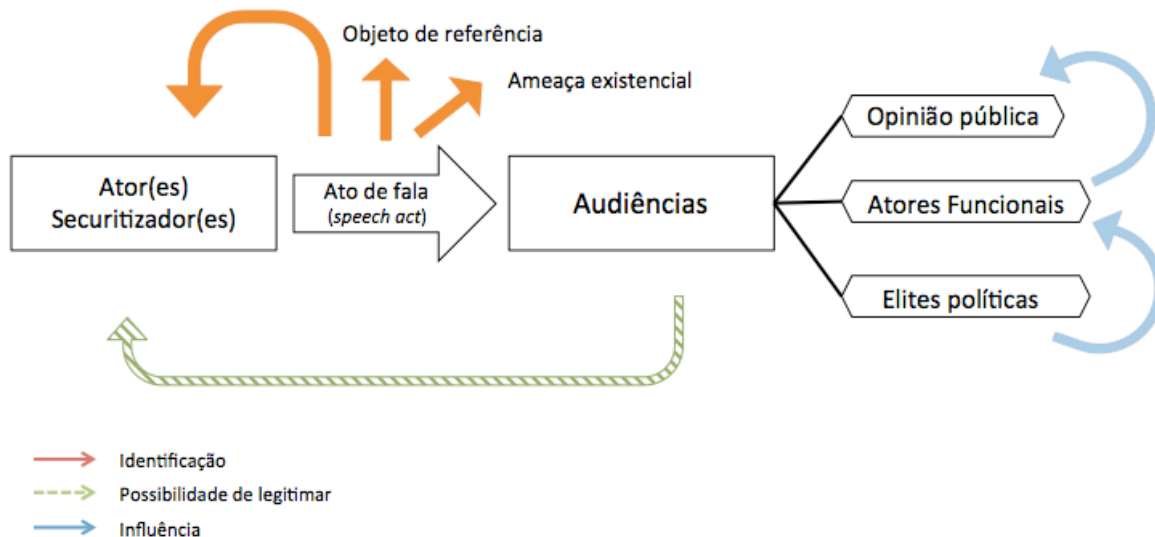
Como forma de contornar tal concepção, a qual chamaremos de *primazia do discurso*, o trabalho incluirá em sua análise, em consonância com Williams (2003), uma compreensão mais ampla dos meios, estruturas e instituições da comunicação política contemporânea, considerando a crescente prevalência e importância da mídia neste âmbito. Segundo o autor, entende-se que os discursos são construídos através de palavras, imagens e ações, fazendo com que seja necessário considerar, em primeiro lugar, os meios pelos quais a segurança é expressada e manifestada para que, posteriormente, sejam analisadas as construções dos atores securitizadores e objetos de referência, uma vez que estes se constituem mutuamente. Nesse sentido, Crenshaw (2010, p.39) acrescenta que “o aspecto subjetivo da ameaça é tão importante quanto seu aspecto objetivo. O que importa é a percepção da ameaça em si (...). E a percepção do risco é intensificada pela cobertura da mídia”.

Na tentativa de suprir lacunas e superar algumas das limitações impostas pela chamada *camisa de força vestfaliana* e pela *primazia do discurso*, o presente trabalho utilizará como base o modelo do processo de securitização apresentado na Figura 2. Segundo este

modelo, há possibilidade de romper com a visão unidirecional do processo de securitização, em que o ator securitizador enunciaria o ato de fala direcionado a determinada audiência e caberia a esta aceitá-lo, resultando na securitização bem-sucedida de uma questão específica. O modelo também permite o entendimento da audiência como não-monolítica, *i.e.*, constituída de várias partes.

Outra modificação relevante é a inclusão dos atores funcionais nesta audiência, pois entende-se que estes, através de suas ligações com as elites políticas e econômicas, sempre acabam influenciando o processo⁴. Por fim, a chamada *aceitação* da audiência é substituída por *legitimação* do ator securitizador, pois permite uma melhor visualização de como o processo não é estático, mas possui uma dinâmica interna de reprodução constante. A utilização do termo legitimação também busca ressaltar a agência política ativa da audiência no processo, opondo-se à percepção desta como simples receptora do ato de fala, cuja única atuação se resumiria à decisão de aceitá-lo ou não.

Figura 2: Modelo alternativo de compreensão do processo de securitização



Fonte: elaboração da autora com base em Buzan *et. al.* (1998).

⁴ Entende-se, neste trabalho, que os atores funcionais mencionados por Buzan *et. al.* (1998), tais como empresas, instituições e personalidades, estão relacionados diretamente à elite política dos países nas épocas históricas analisadas. É de acordo com o posicionamento de seus diretores, empresários, donos ou líderes que estes atores funcionais influenciam o processo e a recepção do ato de fala - mesmo quando não se pronunciam sobre o assunto, pois a própria decisão de não se pronunciar é, em si, uma forma de expressão política.

Em primeiro lugar, são reconhecidas as constituições mútuas que o ato de fala produz: o reconhecimento do próprio ator securitizador, no momento em que enuncia o ato de fala, a identificação do objeto de referência, que se encontraria ameaçado, e da ameaça existencial, que exigiria medidas emergenciais para ser neutralizada. Em segundo lugar, é mostrado o caminho que o ato de fala percorre dentro da própria audiência. Mesmo que toda a audiência receba o ato de fala simultaneamente, como, por exemplo, na situação de um discurso presidencial em um canal aberto de televisão, a reprodução do ato de fala ali enunciado depende, em grande parte, da maneira como a elite política interpretará este ato, influenciando diretamente a divulgação exercida pelos atores funcionais, os quais, por sua vez, podem reproduzir sua interpretação para a opinião pública. No mesmo exemplo citado, isso corresponderia à maneira como líderes políticos, independente do seu posicionamento político, entendem a declaração presidencial, reproduzem seu entendimento através de veículos midiáticos e exercem sobre seus públicos-alvo a influência de seus próprios posicionamentos, ou como líderes políticos da oposição expressam suas críticas através do seu partido, influenciando seu eleitorado.

Além da teoria da securitização, o presente trabalho também se baseia em outra contribuição da Escola de Copenhague: a teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS). O objetivo da TCRS consiste em analisar a segurança internacional sob uma ótica regional, através da qual questões securitárias estariam fortemente ligadas à região física, sem, contudo, deixar de sofrer influências da polaridade do sistema internacional (BUZAN & WAEVER, 2003). Buzan *et. al.* (1998, p.12, tradução nossa) definem um Complexo Regional de Segurança tal como: “um conjunto de Estados cujas maiores percepções e preocupações sobre segurança são tão interligadas que seus problemas de segurança nacionais não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos enquanto separados uns dos outros”. Ademais, as formas de relação dentro de um complexo podem ser colocadas em um espectro de maior ou menor amizade/inimizade.

Buzan e Waever (2003) apresentam igualmente o conceito de subcomplexos de segurança. No caso do complexo sul-americano, este seria composto por dois subcomplexos: o Norte Andino e o Cone Sul. Sua maior distinção consiste nos padrões de amizade/inimizade que os caracterizam - ao passo que o primeiro é marcado por dinâmicas de desconfiança e rivalidade, o segundo teve suas tensões internas apaziguadas através do longo processo de criação de mecanismos de confiança e ajuda mútua. Outra característica marcante do subcomplexo andino diz respeito à forte presença militar dos Estados Unidos a partir da década de 1990. Segundo Steiner (1999), o Comando Sul dos Estados Unidos

(USSOUTHCOM)⁵ reforçou seu foco na região nesta época, através do aumento da presença de fuzileiros navais na base de Manta (Equador), sob o pretexto de crescente preocupação, por parte do governo estadunidense, com a chamada guerra às drogas.

Esse tipo de dinâmica pode ser enquadrado no conceito de sobreposição (*overlay*), elaborado pela Escola de Copenhague, o qual significa que a influência e presença de uma potência externa é tão exacerbada dentro do complexo regional de segurança que este acaba sujeitando-se, de uma forma ou de outra, aos seus interesses. Entretanto, faz-se necessário reiterar a importância de se afastar de uma análise que interprete os componentes do subcomplexo andino como agentes políticos monolíticos passivos e levar em consideração a agência política de determinados setores das sociedades andinas. Para tanto, retoma-se o conceito de extravessão (*extraversion*), proposto por Bayart (2000, p.222, tradução nossa), o qual diz respeito à utilização da “renda gerada pela dependência, a qual funciona como uma matriz histórica de desigualdade, centralização política e luta social” por elites político-econômicas ou grupos influentes nacionais. Para Russell e Calle (2009), a intervenção dos Estados Unidos na agenda regional não ocorre apenas de maneira coercitiva, mas é frequentemente demandada pelas elites políticas periféricas com fins de garantir a manutenção de seus interesses e captar recursos financeiros do exterior.

No caso da securitização do terrorismo no contexto sul-americano, a hipótese verificada foi de que esta ocorreu através de dois processos de securitização adjacentes, cada qual relativo a um subcomplexo regional de segurança específico: do conflito interno colombiano, no Norte-Andino, e da região da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, no Cone Sul. O período analisado no primeiro processo abrange desde os antecedentes do Plano Colômbia até os primeiros passos do processo de dessecuritização iniciados pela administração de Juan Manuel Santos nos últimos anos, enquanto a análise do segundo processo tem início com o atentado à embaixada de Israel em Buenos Aires, em 1992, e termina com a organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro em 2016.

Considerando o marco temporal trabalhado, os documentos selecionados para representar a expressão da segurança incluem: documentos oficiais (dentre estes, declarações, entrevistas, relatórios e medidas) dos cinco países envolvidos nestes processos (Argentina, Brasil, Colômbia, Estados Unidos e Paraguai), tanto em nível nacional quanto internacional, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União de Nações Sul-

⁵ Um dos 10 Comandos de Combate regionais do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O USSOUTHCOM é responsável pelos planos de contingência, operações e cooperação securitária na América Central e do Sul, bem como pela defesa do Canal do Panamá.

Americanas (UNASUL); e, finalmente, 62 notícias e reportagens (dentre 5.390 levantadas) dos veículos de maior circulação em cada um dos países analisados, que atuaram como atores funcionais no processo de securitização. A identificação dos meios, atores e objetos é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1: Componentes envolvidos no processo de securitização do terrorismo na América do Sul

Componentes	Securitização do terrorismo no Norte-Andino	Securitização do terrorismo no Cone Sul
Atores securitizadores	1. Governo estadunidense: Departamentos de Defesa e de Estado, Presidência. 2. Governo colombiano: Ministérios de Defesa, do Interior, Relações Exteriores, Presidência.	1. Governo estadunidense: Departamentos de Defesa e de Estado, Presidência. 2. Governo argentino: Ministérios de Defesa, do Interior, de Segurança, Relações Exteriores, Presidência.
Ameaça existencial	Narcoterrorismo.	Nexo crime-terror.
Audiência	Governos e elites estadunidenses e colombianos.	Governos e elites estadunidenses, argentinos, brasileiros e paraguaios.
Atores funcionais*	Mídias 1. El Tiempo (Colômbia); 2. The Wall Street Journal (Estados Unidos).	Mídias 1. Diário Clarín (Argentina); 2. Folha de São Paulo (Brasil); 3. ABC Color (Paraguai); 4. The Wall Street Journal (Estados Unidos).
Objeto de referência	Os interesses, governos e cidadãos dos Estados Unidos e seus aliados na Guerra Global ao Terror.	

* Parte da audiência.

Fonte: elaborado pela autora com base na teoria da securitização proposta por Buzan *et. al.* (1998).

Uma vez apresentada a teoria da securitização, faz-se necessário esboçar uma breve contextualização histórico-política da construção do terrorismo enquanto ameaça securitária na região. Primeiramente, apontam-se as dificuldades recorrentes de conceituação do fenômeno terrorista ao longo da história. Considerado um conceito disputado, sua definição é extremamente controversa e extensivamente debatida. Segundo Dupuy (2004), existem pelo menos 109 possíveis definições deste fenômeno, as quais diferenciam-se através das motivações de seus agentes, seu lugar ocupado dentro da jurisdição internacional e até mesmo da existência de um componente político a ele associado. Suarez (2012) ressalta a importância de compreender o fenômeno do terrorismo em todas as suas esferas, de forma contextual e politicamente informada, sendo necessária uma análise específica dos atores políticos e a

forma com que constituem sua agenda política.

Segundo Laqueur (2007), os atentados terroristas em solo estadunidense em setembro de 2001 marcaram um momento de inflexão neste debate através da ressignificação do fenômeno terrorista, o qual passou a ser associado ao terror indiscriminado, e não mais a figuras públicas específicas, diferenciando-se do terrorismo entendido como tradicional. Nesse sentido, Bigo (2008) interpreta a estratégia estadunidense como portadora do significado implícito de propagar uma ideia de insegurança global permanente. Através desta, países seriam coagidos a colaborar com sua estratégia global⁶ para não serem acusados de irresponsáveis perante a atuação de grupos terroristas.

Neste trabalho, não há ambição de propor uma nova definição ou fazer juízo de valor às compreensões já existentes do terrorismo – o que importa é justamente observar a maneira como o fenômeno foi apresentado pelos atores securitizadores no caso da América do Sul. Para tanto, foi questionado o papel do contexto histórico e político sobre o deslocamento do conceito de terrorismo e suas percepções no continente sul-americano. Concluiu-se que tal contexto é determinante para a compreensão e definição de um ato terrorista, bem como de seus agentes – sejam eles estatais ou de natureza distinta -, possibilitando diferentes respostas de coordenação e cooperação entre os atores envolvidos para seu enfrentamento.

Nesta região, o terrorismo contemporâneo possui um caráter singular e controverso, historicamente permeado pelo contexto político da polarização característica da Guerra Fria. Autores como Suarez (2012) e Lacerda e Guerra (2007) ressaltam que o fenômeno pode ser relacionado tanto ao terror de Estado praticado por diversos regimes militares no subcontinente, em prática recorrente durante o século XX, quanto interpretado em associação aos movimentos camponeses e de resistência política⁷, os quais pressionavam os centros urbanos a repensar a ordem política então instituída. Atualmente, o discurso hegemônico estadunidense relaciona o terrorismo à região através de argumentos em torno das dinâmicas do conflito interno na Colômbia e das atividades ilícitas na região da fronteira comum entre Argentina, Brasil e Paraguai.

Nota-se que a maneira e a intensidade com a qual a América do Sul foi inserida na agenda de segurança dos Estados Unidos oscilou ao longo das últimas décadas, baseada em

⁶ Ferreira (2010, p.52) ressalta que a guerra ao terror, por ser global, necessitaria de um inimigo em todas as regiões do planeta - nas Américas, este inimigo estaria presente especialmente na Colômbia, em Cuba, na Venezuela e na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.

⁷ Tais como o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), no Brasil, os *Montoneros* na Argentina, os *Tupamaros* no Uruguai, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) no Chile e as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) na Colômbia.

dois pontos focais: a região andina, associada à questão da "guerra às drogas" estadunidense⁸; e a região da chamada Tríplice Fronteira (VILLA & OSTOS, 2005). A partir dos atentados de 11 setembro de 2001, estas regiões ganharam destaque, uma vez que toda sorte de atividade considerada criminosa passou a ser associada automaticamente ao terrorismo internacional⁹. Por partilharem da mesma lógica, as estratégias de “guerra às drogas” e “guerra ao terror” acabaram (con)fundidas e, portanto, inter-relacionadas, permitindo aos Estados Unidos a adoção de práticas excepcionais no subcontinente (LABROUSSE, 2010).

A análise deste deslocamento conceitual de ressignificação do terrorismo a partir de 2001 permitiu apontar algumas conclusões sobre a relação entre o discurso político e a (re)produção de identidades específicas no contexto das relações entre os Estados Unidos e a América do Sul. Verificou-se que o discurso construtor de ameaças, através da formação de posições privilegiadas que possibilitam a criação de realidades, sujeitos e identidades, é central na história da política externa estadunidense e, atualmente, é empregado com o intuito de legitimar a contra-violência da “guerra ao terror”. A substituição da ameaça comunista no final do século XX, primeiramente pelo tráfico de drogas, e, mais recentemente, pelo terrorismo, permite a problematização da estratégia estadunidense de construir sua política externa com base no medo e na necessidade de maximização da (in)segurança.

⁸ Segundo a lógica da qual o governo estadunidense deixou de diferenciar ações de grupos guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes, associando a chamada "narcoguerrilha" à "guerra ao terror" (VILLA e OSTOS, 2005).

⁹ Um elevado número de acadêmicos passou a defender o chamado “nexo crime-terror” (SHELLEY & PICARELLI, 2005; YOUNGERS, 2003), segundo o qual a interação entre o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional estaria se tornando tão veloz e complexa que suas dinâmicas deixariam de ser meramente complementares para tornarem-se indistinguíveis.

Referências Bibliográficas

BAYART, Jean-François. Africa in the world: a history of extraversion. *African Affairs*, n.99, pp.217-267, 2000.

BIGO, Didier. Globalized (In)Security: The field and the Ban-Opticon. In.: BIGO, D.; TSOUKALA, A. *Terror, Insecurity and Liberty: Illiberal practices of liberal regimes after 9/11*. Nova Iorque: Routledge, pp.10-48, 2008.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. Why International Relations has Failed as an Intellectual Project and What to do About It. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 30, n.1, p. 19-39, 2001.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitization theory. *Review of International Studies*, v.35, p.253-276, 2009.

_____. *Regions and Powers*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Buzan; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CRENSHAW, Martha. O terrorismo visto como um problema de segurança internacional. In.: HERZ, Monica; AMARAL, Arthur B. do. (Orgs.). *Terrorismo e Relações Internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010.

DUPUY, P. State Sponsors of Terrorism: Issues of Responsibility. In.: BIANCHI, A. (Org.) *Enforcing International Law Norms against Terrorism*. Portland: Hart, 2004.

FERREIRA, M. A política de segurança dos Estados Unidos e a Tríplice Fronteira no pós 11 de setembro: uma análise dos interesses norte-americanos e o posicionamento brasileiro. Tese (doutorado). Campinas: IFCH/ UNICAMP. 2010.

HANSEN, Lene. The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School. *Millennium: Journal of International Studies*, v.29, n.2, pp. 285-306, 2000.

HUYSMANS, Jef. Revisiting Copenhagen: Or, On the Creative Development of a Security Agenda in Europe. *European Journal of International Relations*, v.4, n.4, pp. 479-505, 1998.

LABROUSSE, Alain. Geopolítica das Drogas. São Paulo: Desatino, 2010.

LACERDA, Jan Marcel. de A. F.; GUERRA, Gustavo. R. Terrorismo na América Latina: conceitos, Direito Internacional e o caso colombiano. *Em Debate: Revista Digital*, Florianópolis, n.3, p.87-102, 2007.

LAQUEUR, Walter. *Terrorism: A Brief History - Historical context for the phenomenon of modern-day terrorism*. Programa de Informação Internacional (IIP) do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, 2007. Disponível em:

<<http://iipdigital.usembassy.gov/st/english/publication/2008/05/20080522172730srenod0.6634027.html#axzz3pz7Y7wmP>>. Acesso em: 02 out. 2016.

SHELLEY, Louise; PICARELLI, John T. Methods and Motives: Exploring Links between Transnational Organized Crime and International Terrorism. *Trends in Organized Crime*, v.9, n.2, p.52-67, 2005.

SUAREZ, Marcial. A. Garcia. Terrorismo e política internacional: uma aproximação à América do Sul. *Contexto Internacional*, v.34, n.2, pp.363-396, 2012.

TICKNER, Arlene. Seeing IR Differently: Notes from the Third World. *Millennium: Journal of International Studies*, v.32, n.2, pp. 295-324, 2003.

VILLA, Rafael D.; OSTOS, Maria del P. As relações Colômbia, países vizinhos, Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.48, n.2, pp. 86-110, 2005.

WILKINSON, Claire. The Copenhagen School on Tour in Kyrgyzstan: Is Securitization Theory Useable Outside Europe? *Security Dialogue*, vol.38, n.1, p.5-25, 2007.

WILLIAMS, Michael. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. *International Studies Quarterly*, v. 47, pp. 511-531, 2003.

YOUNGERS, C. The U.S. and Latin America After 9-11 and Iraq. *Foreign Policy in Focus*. Junho de 2003. Disponível em: <http://fpif.org/the_us_and_latin_america_after_9-11_and_iraq/>. Acesso em: 10 out. 2017.

PARTE II

ARTIGO

A SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO NO CONTEXTO SUL-AMERICANO: Dinâmicas das relações de segurança interamericanas no século XXI

Laura Vicentin Lammerhirt

O presente artigo objetiva analisar o processo de securitização do terrorismo na América do Sul. Parte-se da hipótese de que a inserção do terrorismo na agenda de segurança sul-americana ocorreu através de dois movimentos adjacentes de securitização: do conflito interno colombiano no Norte Andino e das atividades ilícitas desenvolvidas na região da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai no Cone Sul. A investigação foi estruturada a partir da contextualização histórica de cada um destes processos e da análise qualitativa de documentos oficiais e mídias locais dos países envolvidos, com base nas contribuições da Escola de Copenhague, no âmbito dos Estudos de Segurança Internacional. Através deste estudo, espera-se contribuir para uma melhor compreensão acerca das redes de poder que estruturam as relações interamericanas e do posicionamento dos atores sul-americanos em relação à sua agenda de segurança e suas necessidades securitárias regionais.

Palavras-chave: Securitização. Terrorismo. Colômbia. Tríplice Fronteira.

Introdução

Extenso é o debate sobre os impactos da redefinição da política externa dos Estados Unidos a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 sobre as relações deste país com seus vizinhos regionais. No âmbito securitário, a estratégia estadunidense de combate global ao terrorismo precisou adaptar-se para poder influenciar a agenda de segurança sul-americana. Neste artigo, apresenta-se uma análise de como o terrorismo foi inserido na agenda de segurança regional, ou seja, como o fenômeno foi securitizado, a partir da modificação de processos de securitização que já estavam em andamento na região. Para tanto, foram consideradas contribuições da Escola de Copenhague sobre segurança discursiva e regional, tais como a teoria da securitização e a teoria dos complexos regionais de segurança (BUZAN *et. al.*, 1998; BUZAN & WAEVER, 2003).

A exposição é dividida em três partes. Em primeiro lugar, é apresentada uma contextualização do conflito interno colombiano, desde os antecedentes que levaram ao Plano Colômbia no final do século XX até o governo atual de Juan Manuel Santos. Nesta seção, é discutida a construção do termo *narcoterrorismo* e seu papel na transposição da “guerra ao terror” sobre um dos maiores epicentros da “guerra às drogas” no mundo. Em seguida, é investigada a construção da chamada Tríplice Fronteira¹⁰, desde a década de 1990, como

¹⁰ Cabe chamar atenção à própria expressão “Tríplice Fronteira”, cuja grafia aponta iniciais maiúsculas, uma vez que ela refere-se a uma interseção específica dentre as nove fronteiras compartilhadas com outros dois Estados que o Brasil possui. As nove trípliques fronteiras brasileiras consistem naquelas do Brasil com: a Argentina e o

região marcadamente caracterizada pelo *nexo crime-terror*. Tal construção resultou em reiteradas suspeitas de conexão entre a comunidade árabe da região fronteiriça e o financiamento do terrorismo islâmico nas últimas décadas.

Por fim, são discutidos os distanciamentos e aproximações entre os dois processos, no intuito de mapear as relações existentes entre o discurso político, a construção de identidade, a delimitação de agendas de segurança e a formulação de políticas externas de coordenação e cooperação na região. Apesar de suas idiossincrasias, ambos os processos compartilham elementos de uma mesma estratégia alinhada entre o governo dos Estados Unidos e elites políticas sul-americanas, os quais possibilitaram a adoção de medidas excepcionais na América do Sul - tanto pelos governos locais quanto pelo governo estadunidense -, sob a justificativa de combate ao terrorismo.

Terrorismo e Securitização na América do Sul

O processo de securitização, tal como apresentado por Buzan *et. al.* (1998), diz respeito à inserção de determinado fenômeno em uma agenda de segurança através de um ato de fala (*speech act*) que o apresenta como uma *ameaça existencial* a determinado *objeto de referência*. Para garantir a sobrevivência deste objeto, seria necessária a adoção de *medidas emergenciais* de segurança. Todavia, para que um ato de fala resulte na securitização bem-sucedida de uma questão, ele deve ser aceito pela *audiência* para qual está sendo dirigido, *i.e.*, a securitização não consiste em uma prática passível de ser imposta, mas em um processo intersubjetivo e socialmente construído. Este processo ainda conta com a participação dos chamados *atores funcionais*, os quais podem influenciar, de diferentes maneiras, os movimentos de securitização sendo discutidos.

Esta teoria foi criticada por diversos autores¹¹ com base em duas características centrais: as limitações impostas pelo seu *caráter eurocêntrico*, o qual dificulta a aplicação da teoria em realidades de regimes não-democráticos e/ou não-ocidentais; e pela *primazia do discurso*, em detrimento de formas alternativas de expressão, como manifestação oficial de questões securitárias. Na tentativa de superar algumas destas limitações impostas pela

Uruguai; a Argentina e o Paraguai (objeto de pesquisa deste artigo); a Bolívia e o Paraguai; a Bolívia e o Peru; a Colômbia e o Peru; a Colômbia e a Venezuela; a Guiana e a Venezuela; a Guiana e o Suriname; e a França (Guiana Francesa) e o Suriname.

¹¹ Exemplos destas críticas podem ser encontrados em Wilkinson (2007), Huysmans (1998), Hansen (2000) e Williams (2003).

chamada *camisa de força vestfaliana*¹², o presente trabalho propõe dois grupos de alterações na proposta original da teoria de Buzan *et. al.* (1998).

Em relação às dinâmicas gerais do processo, propõe-se: (1) romper com uma visão unidirecional do processo de securitização; (2) identificar as constituições mútuas produzidas pelo ato de fala; e (3) considerar as dinâmicas do processo, reconhecendo seu caráter não-estático de (re)produção constante. No que concerne as relações entre atores e audiências: (1) entender a audiência como não-monolítica e plural; (2) mapear o caminho que o ato de fala percorre dentro da audiência; (3) reconhecer as ligações entre as elites políticas, os atores funcionais e o restante da audiência¹³; e (4) compreender os atores funcionais como parte constituinte da audiência e não externa à ela.

O trabalho baseia-se igualmente na teoria dos Complexos Regionais de Segurança, cujo objetivo consiste em analisar a segurança internacional sob uma ótica regional, sem, contudo, deixar de considerar as influências da polaridade do sistema internacional (BUZAN & WAEVER, 2003). Buzan *et. al.* (1998, p.12, tradução nossa) definem um Complexo Regional de Segurança como: “um conjunto de Estados cujas maiores percepções e preocupações sobre segurança são tão interligadas que seus problemas de segurança nacional não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos enquanto separados uns dos outros”. Os complexos também podem ser caracterizados por sua distribuição de poder e pelos padrões de amizade e inimizade entre os atores que o compõem.

Buzan e Waever (2003) apresentam igualmente o conceito de subcomplexos de segurança. No caso do complexo sul-americano, este seria composto pelos subcomplexos do Norte Andino e do Cone Sul. Sua maior distinção diz respeito aos padrões de amizade/inimizade que os caracterizam: enquanto o primeiro é predominantemente marcado por dinâmicas de desconfiança e rivalidade, o segundo teve suas tensões internas apaziguadas através de um longo processo de criação de mecanismos de confiança e ajuda mútua. No caso do Norte Andino, Tokatlián (2002) acrescenta que a forte presença e influência militar nos aparatos governamentais permite o questionamento do marco democrático existente nas relações civil-militares da região.

¹² Tendência em presumir que o modelo estabelecido na Europa do século XVII deveria servir de parâmetro para a definição do sistema internacional em todos os recortes temporais e espaciais (BUZAN & LITTLE, 2001, p.25).

¹³ Entende-se, neste trabalho, que os atores funcionais mencionados por Buzan *et. al.* (1998), tais como empresas, instituições e personalidades, estão relacionados diretamente à elite política dos países nas épocas históricas analisadas. É de acordo com o posicionamento de seus diretores, empresários, donos ou líderes que estes atores funcionais influenciam o processo e a recepção do ato de fala - mesmo quando não se pronunciam sobre o assunto, pois a própria decisão de não se pronunciar é, em si, uma forma de expressão política.

Uma característica marcante que ambos os subcomplexos apresentam diz respeito à presença dos Estados Unidos na região, a qual pode ser enquadrada no conceito de sobreposição (*overlay*), apresentado por Buzan *et. al.* (1998). O conceito refere-se aos casos em que a influência e presença de uma potência externa é tão exacerbada dentro do complexo regional de segurança que este acaba sujeitando-se, de uma forma ou de outra, aos seus interesses. Entretanto, considerando a questão da agência política das elites político-econômicas e grupos influentes locais, ressalta-se o conceito de extravessão (*extraversion*), o qual identifica que a renda por eles gerada atua como uma “matriz histórica de desigualdade, centralização política e luta social” (BAYART, 2000, p.222, tradução nossa). Russell e Calle (2009) apontam a frequente demanda, por parte das elites políticas periféricas, de intervenção dos Estados Unidos na agenda regional, com o intuito de garantir a manutenção de seus interesses e captar recursos financeiros do exterior.

Uma vez apresentado o modelo de securitização que será utilizado, faz-se necessário esboçar uma breve contextualização da construção do terrorismo enquanto ameaça securitária na região. Historicamente, o emprego do termo *terrorismo* na América do Sul está diretamente relacionado ao contexto político da polarização decorrente da Guerra Fria, sendo relacionado, ao mesmo tempo, às práticas repressivas praticadas por diversos regimes militares no subcontinente e às ações de movimentos de resistência armada (SUAREZ, 2012; LACERDA & GUERRA, 2007). Entretanto, desde os atentados de 11 setembro de 2001, o terrorismo passou a ser mais fortemente associado aos movimentos guerrilheiros do Norte Andino, particularmente os colombianos, e às atividades comerciais ilícitas ocorridas na fronteira comum entre Argentina, Brasil e Paraguai no Cone Sul.

Securitização das guerrilhas e do narcotráfico no Norte Andino: o “narcoterrorismo” e o novo rumo da Guerra às Drogas na Colômbia

A conjuntura interna da Colômbia no final do século XX pode ser caracterizada como um conflito civil complexo entre forças políticas ligadas ao governo colombiano, movimentos guerrilheiros, grupos paramilitares e cartéis vinculados ao narcotráfico, cada qual buscando atingir seus próprios interesses políticos e financeiros. Nesta seção, serão descritos os antecedentes que levaram ao Plano Colômbia, considerado etapa fundamental do lançamento de bases para a securitização do terrorismo no Norte Andino nos moldes da Guerra Global ao Terror, e suas consequências. Para tanto, torna-se necessário investigar a trajetória de violência política e distribuição de poder na Colômbia.

De acordo com Velásquez (2003), a violência consistiu no fio condutor das mudanças socioeconômicas na história colombiana, tendo em vista o comportamento oligárquico dos governos colombianos, seu descaso com demandas sociais, os numerosos casos de golpes de Estado e eleições fraudulentas, bem como os baixos níveis de participação popular na vida política do país. Segundo o autor, tais componentes contribuíram para que a inclusão das massas camponesa e urbana nos processos democráticos fosse dificultada e, conseqüentemente, impulsionasse a organização de parte da oposição popular ao governo central em movimentos insurgentes.

A guerrilha, de fato, representou um elemento relevante nas relações internas e externas dos atores sul-americanos durante o século XX, frequentemente acompanhada da violência política interna decorrente de um Estado autoritário e conservador. No caso das *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia – Ejército del Pueblo* (FARC-EP), suas origens estão relacionadas a um período que ficaria conhecido como *la Violencia*, marcado pelo confronto entre os partidos Liberal e Conservador, iniciado em 1948, com o assassinato do candidato liberal Jorge Gaitán, e que perdurou por, pelo menos, uma década. Após o conflito, Manuel Marulanda Vélez, que havia lutado junto aos liberais durante *la Violencia*, formou um grupo guerrilheiro chamado *Bloque Sur*, o qual seria rebatizado de FARC em 1966 (VÉLEZ, 2001).

Durante a década de 1960, diversos outros grupos guerrilheiros surgiram, com destaque para o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), inicialmente formado por estudantes fortemente inspirados pela Revolução Cubana, alguns dos quais participaram de treinamento militar patrocinado pelo governo cubano (VELÁSQUEZ, 2003). Por outro lado, em 1968, foi aprovada uma lei de autorização para a organização de milícias civis privadas com o intuito de combater os movimentos guerrilheiros. Isto permitiu que latifundiários e narcotraficantes financiassem os primeiros grupos paramilitares de direita na Colômbia, dos quais a maioria acabaria se unificando sob a bandeira das *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC) em meados da década de 1990 (SANFORD, 2003; SANTOS, 2011).

Paralelamente, desde esse período até a década de 1970, grandes proprietários de terras ligados a narcotraficantes passaram a comprar e administrar zonas de produção tradicional da folha de coca por povos autóctones. O *boom* da demanda por cocaína nos Estados Unidos permitiu que “os proprietários de terras produtoras de maconha [fossem] superados pelos *empresários* dos cartéis de Medellín e Cali” (LABROUSSE, 2010, p.29-30, grifo do autor, tradução nossa). Em 1972, o presidente estadunidense Nixon declarou guerra às drogas e centralizou o planejamento das ações de combate às drogas na *Drug Enforcement*

Administration (DEA), cujo discurso dividia o mundo de maneira reducionista entre os países produtores e consumidores (RODRIGUES, 2012).

O governo Reagan (1980-1988) daria continuidade à política antidrogas de Nixon, enfatizando a militarização desse combate. É nesse contexto que o termo *narcoterrorismo* foi utilizado pela primeira vez, em uma entrevista de 1983 do então presidente peruano Fernando Belaunde Terry para o periódico colombiano *El Tiempo*, intitulada “Aliança narcoterrorista entre Peru e Colômbia, denuncia Balaunde Terry” (MARÍN & DÍAZ, 2009, tradução nossa). Em seguida, o termo ganhou popularidade entre os governos dos países andinos e passou a ser utilizado igualmente pela administração Reagan, mas em uma escala ainda pouco significativa quando comparada ao emprego do termo a partir de setembro de 2001 - o ato de fala havia sido enunciado e as bases para processo de securitização do narcoterrorismo já estavam em processo de consolidação.

Quando Reagan declarou que as drogas eram um problema de segurança nacional, seu argumento principal era de que a política de combate deveria tentar atacar diretamente a fonte de oferta, *i.e.*, os países andinos (VILLA & OSTOS, 2005). A partir desta lógica, o Congresso norte-americano aprovou a lei de Certificação, a qual consistia em uma política de monitoramento e avaliação dos esforços de países latino-americanos, prevendo a suspensão de assistência econômica e imposição de sanções comerciais para governos que não estivessem agindo de acordo com as diretrizes norte-americanas de combate às drogas (RODRIGUES, 2012). Nesse período, os cartéis de Medellín e Cali, principais redes de produção e distribuição internacional de cocaína, passaram a empregar ações violentas contra governo em protesto às políticas de fumigação e extradição, envolvendo-se, cada vez mais, com as instituições políticas do país, através de episódios de corrupção e financiamento de campanhas pelo narcotráfico (SANTOS, 2013).

Viana (2009) explica que esse contexto contribuiu para uma ênfase, por parte do discurso governamental colombiano, no combate às drogas, em detrimento ao conflito armado com as guerrilhas. Lair (2000) aponta que houve uma reestruturação e renovação das atividades guerrilheiras durante a década de 1980 na Colômbia, após anos de crises internas. As FARC-EP e o ELN passaram a adotar estratégias político-militares mais ofensivas, com o intuito de expandir seu território de atuação. Pécaut (2008) explica que as FARC-EP, que se encontravam presentes nas regiões amazônicas de tradicional cultivo de coca, passaram a controlar zonas que continham laboratórios de processamento da pasta base de cocaína e pistas clandestinas de aviação. A partir de então, o grupo passou a cobrar taxas pelo cultivo e comercialização da cocaína, ao mesmo tempo em que garantia a segurança física e financeira

dos camponeses e agricultores, ampliando suas bases no campo (VÉLEZ, 2001).

Paralelamente, as Forças Armadas colombianas começaram a formar alianças com os grupos paramilitares. Analisando o envolvimento dos Estados Unidos com as elites políticas latino-americanas e grupos paramilitares através do que chama de *proxy wars*¹⁴, Sanford (2003, p.15, tradução nossa) aponta que:

Considerando um contexto regional (...), a violência constitui meios e fins para elites que, ao longo do tempo, justificaram seu controle e uso da violência em referências a uma “guerra contra o comunismo internacional”, uma “guerra contra a insurgência de inspiração cubana” e uma “guerra contra o narcotráfico e terrorismo internacional”. (...) As *proxy wars* estadunidenses na Colômbia e na América Central imbuíram as estruturas culturais, políticas, econômicas e legais de violência, impunidade e desigualdade.

Segundo Lair (2000, p.129, tradução nossa), estas novas dinâmicas resultaram em uma maior privatização dos territórios em “espaços multipolares”, marcados por uma “luta entre várias organizações armadas que não chegam a controlar nem homogeneizá-la de maneira estável”.

A administração estadunidense seguinte, de George Bush (1989-1993), reforçou a internacionalização da chamada “guerra às drogas” através Estratégia Nacional de Controle de Drogas (*National Drug Control Strategy*). Tal estratégia, que previa uma política de “tolerância zero” com as drogas, culminou na invasão do Panamá em 1989, sob pretexto de capturar o então presidente e antigo aliado estadunidense Manuel Noriega. Villa e Ostos (2005) argumentam que, com isso, o governo estadunidense deixou claro que estava disposto a empregar toda força que fosse necessária (inclusive militar) para combater o narcotráfico, representando um ponto de aprofundamento do processo de securitização do narcotráfico.

A partir da análise das notícias do periódico *El Tiempo*, é possível apresentar alguns apontamentos sobre a forma como este ator funcional reproduziu o discurso securitizador do terrorismo e do narcoterrorismo. Em primeiro lugar, destaca-se que, no início da década de 1990, o terrorismo era frequentemente citado como um dos fatores que inviabilizavam os projetos de privatizações e abertura econômica do governo Gaviria (1990-1994).

Em parte como consequência deste curso conjuntural e os *factores adversos de ordem pública e terrorismo*, variáveis como a inversão estrangeira e a nacional privada, a execução de grandes projetos, a adoção de novas tecnologias e a modernização das empresas estão adiadas. (EL TIEMPO, 1990, tradução nossa, grifo nosso)

O termo também era invariavelmente associado às ações de sequestros e atentados dos movimentos de guerrilha, como as FARC-EP e o ELN, e dos grupos narcotraficantes. Notou-se que a tentativa de despolitização da guerrilha colombiana era um argumento

¹⁴ Guerras por procuração, ou por terceiros, referem-se a conflitos armados em que determinados países se utilizam terceiros (*proxies*) como intermediários para evitar a intervenção direta no conflito.

constantemente reforçado pelo periódico, como exemplificado na reportagem de 1993, “O Comandante mandou parar”, publicado na ocasião da declaração de Fidel Castro para que os grupos guerrilheiros largassem as armas.

Haverá, hoje, alguém dentro da Coordinadora Guerrillera¹⁵ que capte o significado das palavras de Fidel? Que entenda porque hoje recomenda publicamente a via pacífica e critica a armada? Haverá algum feito histórico, capaz de assumir as recomendações do comandante Castro? Muito temo que não. O tardio adeus das armas de Castro chega quando da guerrilha colombiana já pouco ou nada resta de suas origens políticas ou intelectuais. O idealismo juvenil dos anos 60 e 70 foram substituídos por um cinismo mercenário; suas fileiras são compostas por camponeses recrutados à força, ao invés de estudantes ansiosos para mudar a sociedade. *Trata-se de uma guerrilha pervertida pelo sequestro, o terrorismo e o assassinato*, onde a abundância de dinheiro e armamento contrasta com a penúria de princípios ideológicos e perspectivas políticas. (EL TIEMPO, 1993a, tradução nossa, grifo nosso)

Uma das notícias mais interessantes do *El Tiempo* da década anterior ao 11 de setembro de 2001 é intitulada “Nova tentativa de desprestigiar ao Governo e às Forças Armadas”. A matéria tratava da afirmação, por parte de fontes governamentais, de uma nova estratégia dos grupos guerrilheiros de “manipulação das organizações internacionais de direitos humanos” (EL TIEMPO, 1993b, tradução nossa). Tal estratégia dizia respeito à publicação de dois livros que denunciavam o Estado colombiano como patrocinador da violação de direitos humanos, perseguidor dos líderes de esquerda e vinculados a doutrinas de segurança nacional estadunidenses. Intitulados *El Terrorismo de Estado en Colombia* e *La Violencia Continúa*, os livros foram elaborados por 11 organizações internacionais, dentre as quais, a Organização Mundial contra a Tortura, a Associação Americana de Juristas e a Federação Latino-americana de Associações de Familiares de Desaparecidos, e publicados por uma editora na Bélgica.

A matéria do *El Tiempo* criticou os estudos e concluiu: “Não se trata de outra coisa que não uma tentativa desesperada da subversão, que está usando indevidamente as organizações de direitos humanos para buscar no exterior o eco que não tem entre a população colombiana” (*idem*, tradução nossa). Uma das consequências da publicação dos livros foi a não-concessão de visto, por parte da Embaixada da Alemanha, a quatro oficiais do Exército colombiano por eles terem sido mencionados em “Terrorismo de Estado”. Isso levou o governo colombiano a fazer um pronunciamento afirmando que não havia provas contundentes de que os oficiais barrados tivessem cometido violações de direitos humanos.

¹⁵ A chamada *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* (CGSB) foi uma tentativa de coordenação e unificação de diversos movimentos guerrilheiros colombianos, tais como as FARC-EP, o ELN, o EPL e o M-18, desde o final da década de 1980 até meados da década seguinte. As FARC-EP e o ELN se retiraram do grupo para seguir a luta armada quando o CGSB declarou sua desmobilização.

O governo colombiano rechaça de maneira categórica a concepção que inspira o livro acima mencionado [(*El Terrorismo de Estado en Colombia*)], publicado por algumas organizações não-governamentais em Bruxelas. Na Colômbia, não existe o terrorismo de Estado. Pelo contrário, a sociedade e as instituições democráticas são vítimas de uma violência demencial terrorista contra a qual o Estado luta no marco da Constituição e das leis. (*idem*, tradução nossa)

A partir da década de 1990, o eixo da guerra às drogas estadunidense tornou-se a chamada Estratégia Andina, cujo foco estava no fortalecimento das instituições políticas e unidades militares e policiais bolivianas, colombianas e peruanas, na assessoria direta aos países andinos visando ao desmantelamento dos grupos narcotraficantes e na assistência comercial e fiscal a estes países (VILLA & OSTOS, 2005). Uma das consequências dos treinamentos militares e policiais foi a expansão do USSOUTHCOM na região andina. Na Diretiva de Segurança Nacional (*National Security Directive*) n. 18, encontra-se a explicação de que a Colômbia recebia maior parte dos recursos por ser considerada “o lar das principais organizações narcotraficantes e da principal estrutura de produção de cocaína destinada aos Estados Unidos” (ESTADOS UNIDOS, 1989, tradução nossa).

Nas reportagens analisadas, há menção do terrorismo em outros países da América Latina, como Chile, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e, principalmente, no Peru. Notou-se que, quando o assunto era apresentado através de um viés ligado a questões econômicas, a associação do terrorismo era frequentemente voltada aos narcotraficantes. Por outro lado, quando o viés assumido estava relacionado a questões de ordem política, o terrorismo tendia a ser associado às guerrilhas. Em “A guerra que nunca quisemos ver”, esta ligação é explicitada: “Sinistramente, as incursões guerrilheiras se enriqueceram com um novo ingrediente: o terrorismo, não somente contra pessoas ou bens do Estado, mas contra a própria inerme sociedade civil” (EL TIEMPO, 1992, tradução nossa).

As relações bilaterais entre os governos colombianos de César Gaviria (1990-1994), Ernesto Samper (1994-1998) e a administração Clinton (1993-2001) foram marcadas por períodos de tensão. Estes decorreram, entre outros fatores, da fuga de um dos principais chefes do narcotráfico colombiano, Pablo Escobar, e da radicalização do conflito colombiano, através do frequente assassinato de importantes figuras públicas colombianas. Villa e Ostos (2005) apontam que os grupos armados aproveitaram o momento de instabilidade para expandir suas atividades. Em 1995, refletindo as tensões entre o governo Samper e o governo Clinton, o *El Tiempo* publicou uma matéria chamada “Soberania vs. Neoimperialismo” em resposta a um artigo do *Wall Street Journal*, intitulado “Colômbia: a Narcodemocracia preferida dos Estados Unidos” (BENNETT, 2001, tradução nossa). O trecho a seguir demonstra o tom combativo da resposta colombiana:

Em um artigo publicado no *The Wall Street Journal*, 5 de abril, William Bennett e Jesse Helms acusam a Colômbia de ser uma narcodemocracia, comparando seu governo com regimes que patrocinam o terrorismo internacional, como Líbia e Irã.

(...)

Podem gostar ou não das políticas socialdemocratas do presidente colombiano Ernesto Samper, mas acusar seu governo de narcodemocracia enquanto diariamente sofre o brutal assédio da narcoguerrilha é não somente injusto, mas absurdo. De acordo com a definição de Bennett e Helms, a verdadeira narcodemocracia seria a dos Estados Unidos porque é ali onde está radicada uma crescente porção de cidadãos com o sujo e degradante vício das drogas.

As autoridades colombianas prendem, de vez em quando, um chefe do narcotráfico, mas isso não ocorre nunca nos Estados Unidos, onde as prisões estão repletas de vendedores de drogas de rua, mas nenhum chefe conseguem prender. O orçamento da guerra contra as drogas do governo dos Estados Unidos é mais que o dobro do orçamento total do governo colombiano e, mesmo assim, os resultados foram miseráveis em uma guerra que se está perdendo pela recusa dos funcionários estadunidenses em entender as mais fundamentais leis econômicas sobre oferta e demanda. (EL TIEMPO, 1995, tradução nossa)

Autores como Valencia (2005), Vélez (2001), Lair (2000) e Guzzi (2007) apontam o aumento dos contingentes e do nível de urbanização das FARC-EP e do ELN durante a década de 1990. Diante deste cenário, a recém-eleita administração colombiana de Andrés Pastrana (1998-2002) anunciou a criação de um Fundo de Paz, o qual contaria com contribuições tanto do governo local quanto do governo estadunidense. Villa e Ostos (2005, p.7) caracterizam sua política externa como uma “política de mão dupla”, negociando paralelamente com os Estados Unidos e com as FARC-EP.

No ano 2000, foram firmados, entre os governos de Pastrana e Clinton, um plano de financiamento para o combate ao narcotráfico intitulado Plano Colômbia, além de uma iniciativa de criação de zonas desmilitarizadas para negociações com os movimentos insurgentes, chamada Mudança para Construir a Paz (*Cambio para Construir la Paz*). Ainda que a ênfase retórica do Plano Colômbia consistisse na prioridade dada aos programas socioeconômicos do projeto, a maior parte dos recursos investidos nesta primeira parte do projeto foi destinada a operações de treinamento e equipamento das Forças Armadas e da Polícia Nacional Colombiana, bem como à modernização do sistema de comunicação dos militares e serviços de inteligência colombianos¹⁶.

Em relação ao discurso de Pastrana, identificam-se dois argumentos principais nos documentos analisados prévios à assinatura do Plano Colômbia. Em primeiro lugar, fica clara a ênfase do presidente sobre a necessidade da luta contra o cultivo de substâncias ilícitas ser

¹⁶ Segundo o Balanço Geral do Plano Colômbia entre 1999 e 2005, referentes à primeira fase do Plano, foram investidos US\$ 10.732 milhões no Plano, dos quais US\$ 6.950 milhões (64,8%) foram provenientes do governo colombiano e US\$ 3.782 milhões (35,2%), do governo estadunidense. No total, cerca de 57,5% dos recursos foram aplicados na luta contra as drogas ilícitas e crime organizado, 26,5% foram destinados ao fortalecimento institucional, e o restante, cerca de 16%, foi voltado à reativação econômica e social (COLOMBIA, 2006). Para Balanço Geral dos 15 anos do Plano Colômbia, ver Colombia (2016).

aliada a um plano de desenvolvimento que criasse condições econômicas, sociais e ambientais para a restauração da paz na sociedade colombiana. Ademais, na grande maioria dos documentos, a menção a um problema *mundial* das drogas constituiu a base para o argumento principal de Pastrana ao longo de seu mandato sobre uma *responsabilidade compartilhada* acerca do narcotráfico, *i.e.*, a noção de que o narcotráfico era um problema social que deveria ser tratado de forma multilateral.

Os termos *narcoguerrilha* e *narcoterrorismo* aparecem no discurso de Pastrana ainda em 1999. O primeiro estava frequentemente relacionado à ligação entre o narcotráfico e as atividades das FARC-EP e do ELN. Dentro do próprio documento oficial sobre o Plano Colômbia, tem-se um exemplo do tom moderado que vai sendo perdido após setembro de 2001:

A atividade guerrilheira e o narcotráfico são problemas que, ainda que entrelaçados de certa maneira, têm *origens e objetivos diferentes*. A guerrilha opera abaixo de um esquema revolucionário de tipo político militar que *exige uma solução negociada*, o qual em nenhum caso seria aplicável aos narcotraficantes. (COLOMBIA, 1999, tradução nossa, grifo nosso)

O segundo termo, por sua vez, foi mais utilizado que o primeiro, mas referia-se principalmente às atividades dos cartéis e dos grupos paramilitares. Entretanto, alguns paralelos foram traçados entre as guerrilhas e grupos considerados terroristas mesmo antes de setembro de 2001 – cabe ressaltar que, nesses casos, o Plano Colômbia não estava sendo discutido. Em agosto de 2001, por exemplo, Pastrana apresentou uma comparação entre as medidas tomadas por países europeus contra organizações consideradas terroristas, como o *Irish Republican Army* (IRA) e o *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA), e as medidas tomadas pelo governo colombiano:

É francamente inexplicável que se rechacem e se critiquem as medidas colombianas, se fizerem uma comparação com aquelas, muito mais drásticas, que se aplicam em países com situações menos complexas. Basta pensar como os grupos ilegais de autodefesa na Colômbia assassinaram, durante o ano anterior, 3 vezes mais pessoas que as assassinadas na Espanha pelo ETA nos últimos 30 anos. O mesmo poder-se-ia dizer sobre o número de atentados terroristas da insurgência em relação àqueles cometidos pelo IRA durante toda sua existência. No país, sem tocar extremos, estamos apenas nos ajustando às condições necessárias para conter com eficácia as ações criminais mais irregulares. (PASTRANA, 2001, tradução nossa)

Assim, pode-se dizer que, de certa maneira, a redefinição da política externa estadunidense a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 encontrou, na Colômbia, as bases propícias para inserir este país no processo de securitização do terrorismo. Labrousse (2010) explica que, por partilharem da mesma lógica, as estratégias de “guerra às drogas” e “guerra ao terror” acabaram (con)fundidas e, portanto, inter-relacionadas, permitindo a adoção de práticas excepcionais no subcontinente. Segundo Crenshaw (2010a, p.69):

Ao utilizar a metáfora da guerra, as lideranças políticas norte-americanas definiram a questão como uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, prescreveram uma solução militar para o problema e acenaram com uma vitória sobre o adversário do futuro, embora as autoridades tenham alertado o público de que a guerra seria longa. (...) A metáfora da guerra também se mostrava compatível com a cultura e com o discurso político norte-americano, que já haviam endossado a guerra às drogas, à pobreza, ao crime e a outros problemas sociais.

Thoumi (2009, p.63, tradução nossa) coloca que, a partir de então, o governo W. Bush (2001-2009) passou a utilizar com maior frequência o termo *narcoterroristas* para se referir aos grupos guerrilheiros e paramilitares colombianos¹⁷, transformando o Plano Colômbia em um mecanismo mais focado no combate à insurgência do que ao narcotráfico: “depois do 11 de setembro de 2001, as FARC e os grupos paramilitares foram declarados terroristas pelo governo dos Estados Unidos, o que permitiu que esses fundos fossem usados na luta contra esses grupos”. Um bom exemplo de reprodução desta lógica encontra-se na matéria “Colômbia na mira dos Estados Unidos”, a qual discorre sobre como os Estados Unidos, apesar do foco renovado no Afeganistão, mantiveram sua atenção sobre a situação da Colômbia, “onde a explosiva mistura narcotráfico-terrorismo é objeto de intenso debate e revisão” (EL TIEMPO, 2001, tradução nossa).

A reportagem ainda coloca que “há sérios indícios que as FARC tenham estabelecido ligações com o IRA para aumentar sua capacidade de realizar terrorismo urbano”, que as FARC representam “o grupo terrorista internacional mais perigoso com base neste hemisfério”, além de apresentar a visão do senador estadunidense Bob Graham, que via as FARC como uma “Al Qaida versão criolla, não somente por seus métodos de financiamento (a droga), mas por seus métodos terroristas” (*idem*, tradução nossa). Entretanto, a matéria coloca que “as autoridades estadunidenses não acreditam, todavia, que os grupos colombianos tenham intenção de dirigir suas agressões ao território estadunidense”. Por fim, cabe destacar o parágrafo final, que resume tanto o novo posicionamento dos Estados Unidos para Colômbia como as preocupações da audiência colombiana em relação ao movimento securitizador estadunidense:

Mas o que parece claro, pelo menos entre certos círculos de poder nos Estados Unidos, é que, desde os atentados contra Washington e Nova Iorque, *na Colômbia, não há mais narcoinsurgentes, mas narcoterroristas*. E que o medo já não é pela vietnamização do país, mas por sua possível afeganização. (*idem*, tradução nossa, grifo nosso)

¹⁷ Desde 1997, o Departamento de Estado dos Estados Unidos elabora uma lista anual para classificar organizações internacionais que são consideradas uma ameaça à sua segurança nacional como terroristas, a *Foreign Terrorist Organizations* (FTO). Guzzi (2007) aponta que, ainda que as FARC e o ELN estivessem na lista desde sua primeira publicação, a AUC só passaria a ser considerado uma organização terrorista na publicação de 2001.

Nesse sentido, a matéria “O Caguán¹⁸ já não é o mesmo”, demonstra a mudança de percepção sobre o fenômeno terrorista:

Por trás daquela jornada horrível, a palavra terrorismo adquiriu uma *conotação muito mais perversa e um maior alcance*, e quem o exerce ganhou uma espécie de cidadania universal da infâmia. Depois de terça-feira [11/09/2001], ele é olhado como um *inimigo da humanidade*, e não simplesmente de um governo ou de uma determinada política. *Produziu-se uma mudança radical na percepção sobre o fenômeno*, e é fundamental que assim o vejam o Governo Nacional e os *atores armados do nosso conflito que, ainda que rechacem o rótulo de terroristas, executam atos típicos de terror*: ataques indiscriminados contra a população civil, crimes atrozes, atentados covardes, violência fora de proporção ou contra objetivos não comprometidos na luta, como vias, escolas, igrejas e hospitais.

(...)

No novo mapa internacional, a Colômbia é uma estrela negra. Na breve lista de grupos oficialmente definidos por Washington como terroristas, a Colômbia comporta três organizações: as Farc, o Eln e, mais recentemente, as Autodefesas. (...) À luz da declaração de guerra contra o terrorismo, estes grupos são alvo de perseguição. E o Departamento de Estado e a comunidade poderiam considerar o Caguán como um santuário que serve de refúgio a terroristas, ao invés de uma zona de diálogo. O presidente Pastrana sentirá que seus aliados o examinam mais de perto, o pressionam mais e exigem resultados. (EL TIEMPO, 2001, tradução nossa, grifo nosso)

Na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (*U.S. National Security Strategy*) de 2002, a Colômbia é citada diretamente como possível fonte de ameaças, chamando atenção para a necessidade de desenvolver uma estratégia para derrotar as organizações terroristas dos países andinos. O documento ainda explicita: “Na Colômbia, reconhecemos o nexos entre os grupos terroristas e extremistas, que desafiam a segurança do Estado, e as atividades do tráfico de drogas, que ajudam a financiar as operações de tais grupos” (ESTADOS UNIDOS, 2002b, p.10, tradução nossa). No que concerne a cobertura do *El Tiempo* sobre estas mudanças na política externa estadunidense, fica clara a preocupação das audiências com as novas prioridades da nova agenda de segurança estadunidense após os atentados, em que os projetos voltados para a América Latina foram relegados a segundo plano.

Outro documento importante no processo de securitização do narcoterrorismo no Norte Andino foi a Lei de Apropriação Suplementar para Recuperação Adicional e Resposta a Ataques Terroristas nos Estados Unidos (H.R. - 4775 – *Supplemental Appropriations Act for Further Recovery From and Response To Terrorist Attacks on the United States*), de 2002, uma medida legal que permitiu ao presidente Bush solicitar ao Congresso estadunidense fundos antiterroristas emergenciais (ESTADOS UNIDOS, 2002a). Segundo o Relatório do Center for International Policy (VAICIUS & ISACSON, 2003, p.12, tradução nossa), este

¹⁸ Zona de distensão negociada entre o governo Pastrana e as FARC-EP no contexto das negociações de paz ocorridas em 1998.

mecanismo “modificou a lei estadunidense para permitir que o governo colombiano utilizasse toda assistência antidroga passada e presente – todos os helicópteros, armas, brigadas e outras iniciativas dos últimos anos – contra os insurgentes”. Nesse contexto, é ressaltada a importância de denominar os grupos insurgentes como “narcoterroristas”, pois, desta forma, os recursos de auxílio militar puderam ser solicitados em nome da “guerra ao terror” (VILLA, 2014).

Após os atentados de 2001, os Estados Unidos invocaram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), com apoio do governo colombiano. Na reunião que levou à reativação TIAR, o governo da Colômbia propôs um encontro entre Ministros da Fazenda dos países americanos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco Mundial para discutir os impactos dos atentados na economia dos países americanos e a criação de novas ferramentas para combater o terrorismo no sistema interamericano com base na Conferência Especializada sobre Terrorismo de 1998, em Mar del Plata, enfatizando o princípio de *responsabilidade compartilhada*.

Em artigo do *Wall Street Journal*, intitulado “A América Latina tem seus próprios problemas com o terrorismo”, foi questionado o que se poderia esperar da América Latina em relação à Guerra ao Terror, “afinal, eles [vizinhos latino-americanos] tiveram que lutar contra sua própria forma de terroristas por anos, incluindo alguns dos grupos mais violentos no mundo” (RADU, 2001, tradução nossa). No artigo, são citados, como exemplo desses grupos, o ELN e as FARC-EP, particularmente sua suposta conexão com o IRA, a suposta atuação do ETA no México e em Cuba, bem como as atividades do *Sendero Luminoso* (SL) no Peru e das *Fuerzas Armadas Revolucionárias del Pueblo* (FARP) e do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN) no México.

Em 2003, o governo Uribe (2002-2010) lançou a *Política de Seguridad y Defensa Democrática* (PSDD), o novo programa de defesa da Colômbia. O documento representou uma ruptura com as interpretações dos governos anteriores, referente à classificação do conflito colombiano, ao colocar que o que existe na Colômbia trata-se de uma ameaça militar – caracterizada fundamentalmente pelo emprego do terrorismo como técnica de combate -, e não apenas um conflito armado (COLOMBIA, 2003). Nesse mesmo ano, foi igualmente firmada a Declaração de Assunção, vista como um “novo triunfo da política internacional do governo do presidente Álvaro Uribe Vélez” (EL TIEMPO, 2003a, tradução nossa). O documento consistiu em uma declaração pública de respaldo às políticas de segurança adotadas pelo governo colombiano e foi aprovado pelos governos da Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Colômbia.

O alinhamento de Uribe às medidas de segurança do governo Bush foi questionado diversas vezes por seus vizinhos sul-americanos. Em 2003, por exemplo, na ocasião da invasão do Iraque pelo exército estadunidense sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a grande maioria dos países latino-americanos se posicionou contra, enquanto o recém-eleito presidente colombiano, Álvaro Uribe, apoiou a iniciativa dos Estados Unidos, gerando polêmica. Segundo a matéria “Uribe não é Blair”:

Esta posição recebeu poucos elogios e muitas críticas. Os elogios mais sonoros ocorrem por conta do Subsecretário Assistente para o Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado, que comparou Alvaro Uribe com Tony Blair e José María Aznar. As críticas vieram de todos os lados e assinalam que a Colômbia ignorou a autoridade das Nações Unidas e vulnerou a ordem internacional. Ambas as posições são simplistas e não captam a realidade crua: o governo colombiano não tinha outra opção além de apoiar Washington. A margem de manobra da política externa de um país depende de seu poder relativo no cenário internacional, e está associado a elementos como capacidade militar, solidez econômica e influência política. Nesse contexto, não é preciso ser o Henry Kissinger para concluir que a Colômbia não é um país poderoso e que nossa política externa tem uma margem de manobra reduzida. Enquanto a Grã-Bretanha e a Espanha apoiam Washington por razões estratégicas, a Colômbia o faz por necessidade. (EL TIEMPO, 2003b, tradução nossa)

As críticas ao posicionamento do governo Uribe não vieram somente de atores externos. Ainda em 2002, por exemplo, funcionários públicos colombianos entraram em greve protestando contra as reformas econômicas do governo Uribe. Já em 2004, além de protestos durante a visita de Bush à Colômbia, 13 organizações não-governamentais (ONGs) criticaram, através de uma carta aberta, a política de encarceramento pautada pela estratégia de “segurança democrática” do governo Uribe. O ano de 2007 foi apresentado pelo *El Tiempo* como o ano mais complicado da gestão Uribe, que acabara de ser reeleita, com base no “escândalo da parapolítica”, relacionado a supostas ligações do governo colombiano a grupos paramilitares, cortes no Plano Colômbia, condenações por parte da Anistia Internacional e da Human Rights Watch, além dos contínuos ataques às FARC-EP (EL TIEMPO, 2007, tradução nossa).

Entretanto, o ano de 2008 foi ainda mais turbulento para o governo Uribe, particularmente pela crise diplomática entre a Colômbia e seus vizinhos, Venezuela, Equador e Nicarágua, desencadeada pela captura e assassinato do líder das FARC-EP, Raúl Reyes, em uma ofensiva colombiana em solo equatoriano. A solução desta questão se deu através de uma resolução de inviolabilidade territorial no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA)¹⁹. Segundo a matéria intitulada “A Colômbia não obteve na OEA tudo o

¹⁹ Cabe ressaltar que, na resolução citada (OEA, 2008), há uma nota de rodapé indicando que os Estados Unidos não estavam de acordo com o parágrafo que repudiava a incursão militar colombiana por considerá-la uma violação dos artigos 19 e 21 da Carta da OEA.

que queria”:

Se corrobora, por fim, que a América Latina, por seu legado histórico, é mais receptiva a buscar normas para a defesa territorial que a importar a guerra internacional antiterrorista. No debate da OEA, este feito deixou a Colômbia em uma posição minoritária e quase solitária: somente os Estados Unidos e alguns países mais próximos tentaram equilibrar a declaração. (EL TIEMPO, 2008a, tradução nossa)

Ainda, em 2008, houve a reativação da IV Frota dos Estados Unidos, comando da Marinha dos Estados Unidos que opera pelo USSOUTHCOM, o que pareceu uma boa notícia para a Colômbia, ainda que tenha despertado preocupações em diversos países da América do Sul, tais como Argentina, Brasil e Venezuela. Segundo o *El Tiempo* (2008c, tradução nossa):

E, nesse sentido, a notícia é muito positiva para a Colômbia, porque o exército dos Estados Unidos distribuiu um comunicado complementar em que enfatiza que, dentro dos objetivos específicos desta Força, está o “atuar conjuntamente com os exércitos de nações aliadas” para operações de “treinamento bilateral e multilateral”, e em operações “contra o tráfico ilícito”, seja de armas ou drogas.

O primeiro ano da administração estadunidense de Barack Obama (2009-2016) foi marcado pelo polêmico acordo entre a Colômbia e os Estados Unidos, relativo à utilização de sete bases militares colombianas pelo exército estadunidense para atividades de combate ao narcotráfico. A maior parte dos vizinhos sul-americanos, particularmente o Equador e a Venezuela, demonstrou marcada desconfiança em relação ao acordo, o que levou a questão a ser discutida em uma Cúpula Extraordinária da recém-criada União de Nações Sul-Americanas (Unasul) em Bariloche, na Argentina. Ao final da Cúpula, ficou acordado que se respeitariam os princípios de direito à soberania e autonomia de cada país, previstos pela OEA e pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que a Unasul não revisaria o convênio entre Colômbia e Estados Unidos (UNASUR, 2009).

A eleição de Juan Manuel Santos, ex-Ministro da Defesa do governo Uribe, à presidência representou uma ruptura com o posicionamento internacional de seu antecessor, particularmente por sua insistência em expandir o escopo da agenda bilateral com os Estados Unidos para além da temática do narcotráfico e do terrorismo, incluindo questões de caráter técnico, comercial e ambiental, além das temáticas sobre educação, transporte e tecnologia. No levantamento feito pelo *El Tiempo*²⁰ dos primeiros três meses do governo Santos, foi ressaltado que:

Cumprindo sua promessa de entrar em uma nova etapa com seus vizinhos, o presidente Santos desativou a crise com a Venezuela, ao passo que a plena retomada dos laços diplomáticos com o Equador segue em curso. Em nível regional, a Colômbia deixou o isolamento, graças a um trabalho mais protagonista na América Latina e na redefinição das relações com Washington, que são todavia estreitas, mas que têm a ver com uma agenda mais ampla, *que transcende a luta contra as drogas*

²⁰ Cabe ressaltar que a família de Santos possui vínculos próximos com o periódico *El Tiempo* e que o posicionamento do jornal é de forte apoio ao presidente.

ou o terrorismo. Isso permite entender porque a chegada do país ao Conselho de Segurança das Nações Unidas seja vista mais como uma oportunidade de levar a voz regional do que de impulsionar posicionamentos unilaterais. (EL TIEMPO, 2010, tradução nossa, grifo nosso)

Estas medidas do governo Santos também podem ser interpretadas como a tentativa de mudança da imagem da Colômbia no exterior. O editorial do *El Tiempo* de 2012 coloca:

(...) A Colômbia é considerada um caso de êxito, com um futuro promissório. Em comparação com a descrição de “Estado falido” que recebeu no começo do século da Foreign Policy, o país agora merece qualificativos como “vibrante” ou “pujante”. Para trás ficarão os tempos em que os cartéis de drogas, a guerrilha ou os paramilitares estiveram a ponto de submeter as instituições. Sem desconhecer que estas máculas persistem, sua magnitude e poder são muito inferior às de uma ou duas décadas. (EL TIEMPO, 2012, tradução nossa)

O governo Santos também foi responsável por aprofundar as negociações de paz entre o governo e as FARC-EP. Em crítica aos diálogos conduzidos durante os acordos de paz, Mary O’Grady, influente colunista entre os círculos conservadores dos Estados Unidos, entrevistou o presidente colombiano para o *Wall Street Journal* e comentou o seguinte:

Eu perguntei ao Sr. Santos se os rebeldes mereciam a legitimidade que os diálogos os dão. “Qual seria a alternativa?”, ele respondeu. “Não negociar e continuar vivendo com terrorismo e mais 50 anos de guerra?”. Isso sugere a alguns que os terroristas têm o governo exatamente onde eles querem. Não é de se estranhar que muitos colombianos permaneçam desconfiados de que o país consiga se livrar do terror gangster através de negociações sem ter que sacrificar sua liberdade. (O’GRADY, 2014, tradução nossa)

Na matéria do *Wall Street Journal* de 2015, intitulada “Santos empodera os terroristas colombianos”, O’Grady (2015, tradução nossa) critica novamente os rumos das negociações com as FARC-EP, tratando os esforços das partes em chegar a um acordo como uma “rendição” do governo Santos e caracterizando o movimento insurgente como tão cruel quanto o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EI).

Em resumo, contrariamente ao governo Uribe, que impulsionou a securitização estadunidense do terrorismo, a administração Santos lançou um processo de dessecuritização do conflito armado colombiano que ainda está em andamento. O maior exemplo deste processo consiste nos esforços de pacificação do país, através da negociação de um acordo de paz com as FARC-EP, em 2015, de um acordo de cessar-fogo com o ELN e da substituição do Plano Colômbia pelo programa Paz Colômbia (*Paz Colombia*), ambos em 2017.

Securitização da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: o terrorismo islâmico e a tentativa de inserção do Cone Sul na Guerra Global ao Terror

A chamada Tríplice Fronteira refere-se à intersecção entre as cidades de Puerto Iguazú (Argentina), Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). A região, ocupada por missões jesuíticas nos séculos XVI e XVIII, tornou-se um ponto de imigração no contexto da

Guerra do Paraguai (1864-1870), culminando na criação da colônia militar brasileira do Iguazu em 1888. Até as décadas de 1940 e 1950, o povoamento na região se deu de maneira esparsa. A década de 1960, por sua vez, foi marcada por um aumento do investimento (majoritariamente brasileiro) em infraestrutura, incentivando o fluxo de bens e mão de obra para a área das três fronteiras, fator que impulsionou os futuros acordos para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu em 1973.

Durante estas três décadas, deu-se início a um forte fluxo migratório da população libanesa para a região, causada tanto por questões internas do país²¹ quanto por fatores regionais do Oriente Médio – particularmente, após a Segunda Guerra Mundial e a criação do Estado de Israel. Estes imigrantes libaneses - em sua maioria, cristãos maronitas, além de uma minoria muçulmana – acabariam por constituir a segunda mais importante comunidade de ascendência árabe na América do Sul, superada apenas pela comunidade árabe de São Paulo.

O fato de uma parcela dos imigrantes que residem na região ser original do Vale do Bekaa (zona no extremo sul libanês, na fronteira com Israel, tida como o núcleo de atuação do Hizballah [sic]) e enviar periodicamente variadas somas de dinheiro para o Líbano, levou diversas autoridades norte-americanas a levantarem a hipótese de que a Tríplice Fronteira estivesse servindo como fonte de financiamento para o Terrorismo Internacional (...). (AMARAL, 2010, p.31)

Ferreira (2010) ressalta que foi a partir dos anos 1990 que a comunidade árabe passou a ser relacionada com o terrorismo, em decorrência dos atentados à embaixada de Israel em Buenos Aires, em 1992, e à *Asociación Mutual Israelita Argentina* (AMIA), em 1994, na mesma cidade, os quais resultaram no saldo de 85 mortos e 300 feridos. Ambos os episódios permanecem pouco esclarecidos, embora sua autoria tenha sido atribuída a comandos iranianos. Cabe ressaltar que os atentados ocorreram após o governo argentino de Carlos Menem (1989-1999), fortemente alinhado à política externa estadunidense, participar de uma coalização contra o Iraque na Guerra do Golfo (1991). A participação dos Estados Unidos nas investigações do caso AMIA foi intensa, especialmente após o primeiro atentado ao World Trade Center (WTC) em 1993²². Em uma matéria da *Folha de São Paulo* acerca do atentado à AMIA, o resultado das investigações da Polícia Federal do Brasil foi apresentado conforme transcrito abaixo:

Infiltrados na comunidade árabe, os agentes da PF não descobriram nada além de pequenos comerciantes, alguns deles fixados há duas décadas no Brasil. Desde 1992, quando houve uma explosão na Embaixada de Israel na capital argentina, os

²¹ Dentre elas, destaca-se a crise interna do Líbano, em 1958, cuja resolução contou com a participação militar dos Estados Unidos.

²² O atentado, ocorrido em fevereiro de 1993, consistiu na explosão de um furgão na garagem subterrânea do WTC. Os supostos autores foram presos e condenados, mas os motivos por trás da ação não foram devidamente esclarecidos.

arquivos da PF guardam documento elaborado pela Interpol (polícia internacional), alertando para mudança de eixo do terrorismo internacional.

(...)

Apontava-se a possibilidade de pipocarem atentados também nos Estados Unidos e em países da América Latina. Foram mencionados três possíveis alvos: Paraguai, Chile e Argentina. O Brasil está sendo municiado com informações do Mossad, a polícia secreta israelense. Brasília é abastecida também com dados fornecidos pelos países vizinhos.

(...)

Descobriu-se, porém, não há referência ao grupo Hizbollah, sobre o qual pairam no momento as maiores suspeitas. (SOUZA, 1994)

As primeiras associações entre a região e o terrorismo internacional podem ser verificadas através do relatório *Patterns of Global Terrorism*²³, de 1992, no qual também se percebe que as definições de terrorismo apresentadas dão margem a diversas interpretações, as quais permitiriam, por sua vez, numerosas formas de ação por parte do governo estadunidense (ESTADOS UNIDOS, 1992). Os relatórios PGT dos anos subsequentes reforçariam a hipótese da ameaça do terrorismo internacional na América do Sul e o apontamento do Hezbollah como principal suspeito da autoria dos ataques em solo argentino. Ainda que os governos dos três países da Tríplice Fronteira negassem a presença de atividade terrorista na região, o governo estadunidense insistiu em participar do seu monitoramento após o 11 de setembro de 2001 (HUDSON, 2003).

Cabe ressaltar o *Country Report on Terrorism* do ano de 2006, o qual permite traçar um paralelo entre os dois processos de securitização sendo analisados. Neste relatório, tanto a região da Tríplice Fronteira quanto a Venezuela são caracterizadas como abrigos ou santuários (*safe havens*) para terroristas islâmicos (ESTADOS UNIDOS, 2006). O conceito de *safe haven*, presente no discurso acerca do terrorismo global, é explorado por Ferreira (2010, p.69) em sua tese - em geral, esta denominação é utilizada para caracterizar “áreas seguras para refugiados em conflitos armados”. Para os Estados Unidos, entretanto, segundo sua Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (*National Strategy for Combating Terrorism*) de 2006, elas consistem em “áreas não governadas ou sub-governadas (...) - espaços seguros que permitem aos (...) inimigos organizar, treinar e preparar operações” (ESTADOS UNIDOS, 2006, p.16, tradução nossa).

Ferreira (2010, p. 77) ainda adverte que “existem discussões de que por trás do conceito de *safe haven* há um forte conteúdo ideológico por parte dos *decision-makers* e alguns analistas estadunidenses”. De fato, o conceito é controverso e carrega consigo um tom pejorativo inegável, uma vez que não há como determinar precisamente se uma área é

²³ O relatório PGT, principal documento no qual se pode detectar a percepção dos Estados Unidos acerca de outros países e suas visões concernentes ao terrorismo global, passou a chamar-se *Country Report on Terrorism* após 2004.

governada, mal governada ou sub-governada, além dele apresentar-se “intimamente ligad[o] a preconceitos e noções distorcidas sobre o Islã” (*idem*, p.79).

Em relação à coordenação das políticas de prevenção ao terrorismo no período anterior a setembro de 2001, Amaral (2010) explica que esta era de interesse exclusivo dos governos argentino, brasileiro e paraguaio, sendo Buenos Aires responsável por liderar a iniciativa de inserção do terrorismo internacional na agenda de segurança do Cone Sul. Em 1996, os países assinaram um acordo trilateral para a criação de base de dados comum. Nos anos seguintes, foram acordados um Comando Tripartite para a Tríplice Fronteira, o qual previa mecanismos de cooperação para a segurança da região e intercâmbio de informações, um Plano Geral de Segurança para a Tríplice Fronteira e um Plano de Cooperação e Assistência Recíproca para a Segurança Regional, no âmbito do Mercosul²⁴.

Após os episódios de setembro de 2001, o Comitê para o Combate ao Terrorismo, criado em 1998 pela Argentina, entrou para o âmbito da OEA, tornando-se o Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE). Em 1998, a *Folha de São Paulo* publicou uma matéria sobre a primeira conclusão oficial sobre o atentado contra a embaixada de Israel em 1992. Segundo a reportagem, o ministro argentino do Interior, Carlos Corach, teria feito um pedido aos Estados Unidos de auxílio para reforçar a segurança da Tríplice Fronteira – “oficialmente, a participação dos EUA se resumirá a empréstimos para a aquisição de equipamentos, treinamento de pessoal e aperfeiçoamento do controle aduaneiro. Extraoficialmente, haverá intervenção direta” (GERCHMANN, 1998).

A partir de então, verificou-se uma crescente institucionalização em direção à coordenação regional coletiva, através do estabelecimento do Grupo de Trabalho Permanente sobre Terrorismo (GTP) e da criação, em 2002, do Mecanismo (ou Comissão) 3 + 1 para a Tríplice Fronteira²⁵. Sobre o Mecanismo 3+1, Hirst (2011, p.116) acredita que “após cinco anos de funcionamento, esta iniciativa parece atender mais as necessidades simbólicas do que reais de coordenação entre os quatro países”. O GTP contava com a participação dos países do Mercosul, além da Bolívia e do Chile, para criar uma estratégia de combate coordenado ao terrorismo. A cooperação do Grupo 3+1, por sua vez, consistiria majoritariamente no compartilhamento de informações na área de inteligência, atuando como grupo de consulta sobre a segurança na região da Tríplice Fronteira.

²⁴ O último foi substituído, em 1999, pelo Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíprocas para a Segurança Regional, passando a envolver também o Chile e a Bolívia.

²⁵ Cujo próprio nome já explicita o caráter extraordinário do mecanismo que passou a incluir os Estados Unidos no processo decisório de coordenação política da região - país que, até então, restringia suas atividades ao apoio às iniciativas regionais.

Enquanto a América Latina era o espaço do outro, onde não se devia ou podia fazer mais do que ceder apoio aos atores locais e atuar de forma indireta, o Hemisfério Ocidental se tornava um espaço imaginado do qual os Estados Unidos também faziam parte, o nosso espaço que se via penetrado pelo inimigo terrorista e dentro do qual o governo norte-americano devia ou podia se engajar efetiva e diretamente. (AMARAL, 2010, p.200)

Em resposta aos esforços estadunidenses à tal construção, destacam-se as diferentes posições de Brasil, Argentina e Paraguai, tendo estes últimos eventualmente se alinhado ao discurso do governo norte-americano, enquanto o Brasil manteve uma posição firme, negando reconhecer quaisquer suspeitas levantadas até que provas concretas de atividade terrorista na região fossem apresentadas - sem, contudo, refutar a importância da vigilância sobre a fronteira devido à possibilidade de outras atividades criminosas. Ademais, “o Brasil via a tentativa de vincular os ataques à AMIA com a Tríplice Fronteira (...) como uma forma encontrada pelas autoridades argentinas para compartilhar o ônus político e a responsabilidade por não ter conseguido avançar nas investigações” (AMARAL, 2010, p.154).

Na semana seguinte aos atentados de 2001, os únicos governos sul-americanos que explicitamente expressaram a possibilidade de enviar tropas para colaborar em uma eventual ofensiva estadunidense contra o terrorismo foram os da Argentina e do Paraguai. O então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso evocou o TIAR, apoiando a decisão da OEA, em 2002, no referente à instrumentalização da cooperação contra o terrorismo, e reconheceu a OEA como órgão legítimo para a discussão sobre medidas de contraterrorismo no âmbito das Américas. Entretanto, o Itamaraty não demonstrou estar integralmente alinhado com os Estados Unidos, reiterando que o Brasil não considerava participar de uma eventual ofensiva conjunta e negando reconhecer a região da Tríplice Fronteira como vinculada ao financiamento terrorista, considerando não haver “elementos comprobatórios (...) a partir daquela região” (AMORIM, 2004, p.154).

Segundo Ferreira (2010), o Itamaraty também combateu fortemente os estigmas sobre a região reproduzidos pelos documentos e pela mídia dos Estados Unidos. Ainda em 2001, o prefeito de Foz do Iguaçu (PR), Claudio Rorato, acusou a imprensa estadunidense de praticar um “terrorismo verbal, ignorando totalmente como se vivia na tripla fronteira” (PREFEITO DE, 2001). Nessa época, houve uma manifestação chamada “Oração pela Paz”, em Foz do Iguaçu, que reuniu pessoas de mais de 70 países em solidariedade às vítimas do terrorismo.

Cabe ressaltar que autores como Hudson (2003) e Abbott (2004), em consonância com outros documentos oficiais encomendados pelo governo estadunidense, apontam que vários países latino-americanos apoiaram esforços antiterroristas internacionais, mas não se

engajaram de maneira eficiente na esfera doméstica: “Muitos países latino-americanos não consideram a [Guerra Global ao Terror] sua guerra e não participam ativamente dela” (ABBOTT, 2004, p.53, tradução nossa). Essa observação vai de encontro à posição argentina, uma vez que a Argentina destacou-se como principal interessado na securitização da Tríplice Fronteira, associando a região ao caso AMIA, e recebeu apoio dos Estados Unidos, os quais incentivaram “de forma cautelosa” o processo (AMARAL, 2010, p.154). Ademais, o governo argentino investiu esforços na tentativa de criar uma relação automática entre a presença do crime organizado e a presença terrorista na região, tendo em vista que o Comando Tripartite não especificava a questão do terrorismo, e esta acabava não enfatizada em meio a outros temas.

Cabe ressaltar que esta associação entre o terrorismo e o crime organizado transnacional em suas distintas manifestações foi reiteradamente apresentada também em relatórios estadunidenses desde setembro de 2001 (FARAH, 2012; ABBOTT, 2004; HUDSON, 2003). A questão é que tanto o terrorismo internacional quanto o crime organizado transnacional compartilham de diversas características organizacionais e operacionais, além de não raramente trabalharem juntos. Sanderson (2004) coloca que, a partir do 11 de setembro de 2001, agências estadunidenses passaram a perseguir vários grupos (não necessariamente vinculados a atividades terroristas) ao redor do mundo no intuito de cortar suas fontes de financiamento e pressionar outros países a apoiar os esforços de contraterrorismo dos Estados Unidos. Por outro lado, muitos grupos terroristas acabaram agregando atividades criminosas diversas às suas organizações como forma de criar uma fonte de autofinanciamento. Essa aparente indissociabilidade dos fenômenos representa o que autores como Shelley e Picarelli (2005) e Youngers (2003) chamam de *nexo crime-terror*.

A partir do levantamento de reportagens realizado, notou-se – em maior ou menor grau - a reprodução do discurso oficial de Washington pelas mídias locais. Primeiramente, cabe ressaltar que o assunto foi abordado com frequência entre 2001 e 2004, passando por um período de maior ceticismo até o ano de 2013, quando ganhou nova visibilidade por causa do acordo de entendimento entre Argentina e Irã e, novamente, entre 2014 e 2016, com o assassinato do procurador geral argentino que liderava as investigações do atentado ao AMIA, em 2015, e as preocupações com a segurança dos eventos esportivos que foram sediados no Brasil em 2014 e 2016.

O jornal norte-americano *The Wall Street Journal* tratou da questão com pouco questionamento acerca das provas e evidências que levariam a crer que houvesse atividade terrorista na Tríplice Fronteira durante a primeira década de 2000. As mídias sul-americanas

analisadas, por sua vez, apesar de tratarem do assunto de maneira hipotética – através de conjugações verbais no futuro do pretérito do indicativo, além de expressões tais como “sugerem”, “buscam evidências” (PARO, 2007) -, acabam por corroborar este mesmo discurso, posicionando-se mais próximas dos argumentos da imprensa estrangeira do que das declarações oficiais de seus próprios países acerca do tema.

As notícias do periódico paraguaio *ABC Color* datadas dos primeiros anos após os atentados de 2001 apresentam uma série de entrevistas com altos oficiais do governo estadunidense, tais como Peter Pace, subcomandante do Comando Conjunto das Forças Armadas, e James T. Hill, comandante do USSOUTHCOM, caracterizando a Tríplice Fronteira como zona de risco para atentados terroristas. O argumento recorrente era o seguinte: “‘Há duas áreas na América Latina que são vulneráveis a atividades terroristas: uma é a zona andina (...). A outra é a zona da tríplice fronteira, que é de pouca atividade policial e que, no passado, fomentou a oportunidade para atividades ilegais’, assinalou Pace” (TRIPLE FRONTERA, 2002, tradução nossa).

Em 2003, em uma matéria do *ABC Color* sobre o encontro de chefes de polícia e representantes de organizações de segurança da América do Sul, em Quito, falou-se, pela primeira vez, sobre a possível unificação das operações e mecanismos de inteligência no Cone Sul. Nesta ocasião, o comandante da Polícia Nacional paraguaia, Tomás Chamorro comentou que “a Polícia paraguaia é considerada pelos Estados Unidos como um de seus mais importantes aliados na América Latina em matéria de luta contra o terrorismo” (PRETENDEN UNIFICAR, 2003, tradução nossa).

Em carta aberta aos presidentes reunidos na Cúpula do Mercosul de 2003, o Conselho de Trabalhadores do Cone Sul criticou não somente políticas de ajuste estrutural de caráter neoliberal sendo implementadas na América do Sul, mas também a atuação dos Estados Unidos na Tríplice Fronteira: “Denunciam igualmente a estratégia que os Estados Unidos tem para a tríplice fronteira, ‘de aparente combate ao terrorismo, já que não é mais do que possibilitar um fácil acesso das transnacionais aos nossos territórios e riquezas, tanto da superfície como do subsolo’” (LOS TRABAJADORES, 2003, tradução nossa). Este argumento vai ao encontro das preocupações em relação ao possível interesse estadunidense no Aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios de água doce no mundo, que abrange partes dos territórios argentino, brasileiro, paraguaio e uruguaio.

A preocupação com o Aquífero também foi apresentada em uma reportagem do *Clarín*, de 2005:

A presença de tropas estadunidenses no território do Paraguai reavivou velhos temores neste país pelas verdadeiras intenções dos Estados Unidos sobre o Aquífero Guarani. Todos os alarmes dispararam em meados de junho, quando um artigo do Clarín revelou que o Parlamento paraguaio havia outorgado imunidade total à chegada de 400 fuzileiros navais, em 13 missões militares, para realizar exercícios e tarefas de assistência social durante 18 meses, até dezembro de 2006. (MARINES EN, 2005, tradução nossa)

O periódico argentino, ao cobrir a visita do chefe do Pentágono, Donald Rumsfeld, ao Paraguai nesse mesmo ano, apontou que: “Do norte, contestam que o verdadeiro interesse de Washington não é no aquífero, mas na possível concentração de atividades terroristas na zona da chamada Tríplice Fronteira, onde, curiosamente está alojado o Guarani” (EL ACUÍFERO, 2005, tradução nossa). Nesse contexto, faz-se necessário destacar a desconfiança dos países sul-americanos frente aos possíveis interesses estadunidenses em duas regiões-chave em termos de recursos naturais no subcontinente, os quais são apresentados na Figura 2.

Figura 2: Floresta Amazônica e Aquífero Guarani



Fonte: elaboração da autora.

Além do Aquífero Guarani, no Cone Sul, ressalta-se igualmente a importância da

Floresta Amazônica e seus rios, bem como das reservas de petróleo no Norte Andino. Um bom exemplo a ser citado diz respeito às preocupações do governo brasileiro, na ocasião da reativação da IV Frota estadunidense, em relação ao respeito às 200 milhas que compõem o mar territorial do Brasil e a localização da região do pré-sal²⁶. Sobre a reativação da IV Frota, Bandeira (2010, p.75) aponta que:

[O] aspecto econômico-comercial certamente também pesou na decisão americana de reativar a IV Frota no Atlântico Sul com a perspectiva de que a região se torne um dos grandes centros produtores de petróleo, em virtude das recentes descobertas de jazidas na camada pré-sal no litoral de São Paulo e que, provavelmente, se estendem até o litoral da Argentina. E o envolvimento do Brasil, que mais e mais se proteja como potência econômica e política, será inevitável. É o maior exportador mundial de alimentos, brevemente tornar-se-á um dos maiores exportadores de petróleo e é possuidor de grande parte do Aquífero Guarani, assim como das águas do Amazonas e da biodiversidade existente na região.

Outro fator que merece atenção é a quantidade de matérias que indicam a confirmação, por parte de fontes israelenses²⁷, da atuação de grupos islâmicos, tais como o Hamas, a Al-Qaida e o Hezbollah na Tríplice Fronteira, gerando indignação da comunidade árabe na região. Na matéria “Terroristas islâmicos se consolidam em três fronteiras, dizem israelenses” (TERRORISTAS ISLÁMICOS, 2004, tradução nossa), as suspeitas acerca da presença do terrorismo na Tríplice Fronteira são colocadas da seguinte forma:

A Tríplice Fronteira, ligada à lavagem de dinheiro, ao narcotráfico e ao tráfico de crianças, é uma zona de difícil controle para os três países. Nos últimos 50 anos, estabeleceram-se, na região, cerca de 15 mil famílias de origem árabe, e uma informação, nunca confirmada de forma oficial, advertiu sobre uma viagem, em 1995, do líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden. Ciudad del Este, na zona do Paraguai, é a cidade mais questionada da Tríplice Fronteira e foi acusada de abrigar células adormecidas de forças de ataque árabes. As organizações árabes que vivem na Ciudad del Este reclamaram, em diversas oportunidades, que eram vítimas de “discriminação”, já que suas redes sociais e culturais não mantêm vínculo algum com células terroristas.

O argumento de que “células adormecidas” operariam na Tríplice Fronteira, entretanto, foi sendo, aos poucos, substituído pelas “fortes convicções” do governo estadunidense e israelense de que a população árabe da região estaria “arrecadando fundos para grupos terroristas do Oriente Médio” (SEGÚN EE.UU., 2004, tradução nossa). Esta hipótese foi apresentada no relatório do Congresso norte-americano em 2003, intitulado “Grupos Terroristas e de Crime Organizado na Área da Tríplice Fronteira da América do Sul” (HUDSON, 2003, tradução nossa).

Em um artigo do *Wall Street Journal* de 2005, Mary O’Grady acusou a Argentina de

²⁶ O pré-sal, descoberto pela Petrobras em 2007, consiste em uma das maiores reservas de petróleo do mundo. A região era de exploração econômica exclusiva do Brasil até 2016, quando o Congresso brasileiro aprovou uma lei que permite a multinacionais explorar o pré-sal sem a presença da Petrobras.

²⁷ Exemplos em: Revuelo oficial (1999), En la SIDE (2001), Maschio *et. al.* (2001), Magalhães (2001), Confirman el (2002), Sandrini (2002), Ruckauf (2002), AMIA (2003), Ciudad del (2003), Terroristas islâmicos (2004), Inyectan 20 (2005), Libaneses usaban (2006), Young (2006), De vuelta (2008) e Israel reitera, 2013.

não estar se empenhando o suficiente em combater o terrorismo. O texto foi motivo de debate entre o periódico e o governo argentino, que respondeu à crítica através de um texto do chanceler argentino, Rafael Bielsa, no periódico argentino *La Nación*. Segundo a *Folha de São Paulo*, o *Wall Street Journal* dedicou um editorial respondendo a Bielsa, com respaldo de um editorial seguinte do *La Nación* (PRADO, 2005).

Em 2006, em tom combativo, o ministro do Interior argentino, Aníbal Fernandez, desafiou os Estados Unidos a comprovar que atividades advindas da Tríplice Fronteira financiavam o terrorismo islâmico (RESPUESTA DEL, 2006). Nesse mesmo ano, em resposta à criação do Mecanismo 3+1, os governos argentino, brasileiro e paraguaio criaram o Centro Regional de Inteligência (CRI), cuja sede ficaria nas instalações da Polícia Federal do Brasil em Foz do Iguaçu. Segundo cobertura do *Clarín*:

Nos meios diplomáticos e militares, entendeu-se a jogada do Brasil de liderar a criação do chamado Centro Regional de Inteligência como uma iniciativa para não perder espaços frente aos Estados Unidos. Até agora, o governo Lula, assim como as administrações brasileiras anteriores, tinha sido resistente a cooperar com outros países no controle de Foz do Iguaçu, cujos bancos são o centro bancário por excelência da Tríplice Fronteira. (JUGADA BRASILEÑA, 2006, tradução nossa)

Outro tema também abordado foi a utilização de caças, por parte da Força Aérea Brasileira (FAB), para derrubar aviões suspeitos de estarem sendo utilizados para o narcotráfico. Até então, a Colômbia era o único país da América Latina que utilizava desta medida. O *ABC Color* ressaltou que, enquanto ativistas de direitos humanos consideravam a prática perigosa e possivelmente violadora da Constituição paraguaia, o governo federal defendia que a “nova política [era] crucial para reduzir o contrabando dos países vizinhos, evidenciado nos milhares de aviões não identificados que violam, a cada ano, o espaço aéreo do Brasil” (NOTICIAS BREVES, 2004, tradução nossa).

Em 2005, foi anunciado um exercício militar com os Estados Unidos em Ñu Guazú, no Paraguai, como forma de treinamento e melhoria do exército paraguaio. Segundo o *ABC Color*, “Para muitos, ainda mais para os de fora, estes exercícios aparecem como um plano de militarização da região da Tríplice Fronteira” (PRESENTARON EN, 2005, tradução nossa). Entretanto, a matéria coloca que:

A presença militar dos norte-americanos no país é quase permanente. Os Estados Unidos propiciam mais de 90% dos programas de formação dos oficiais e suboficiais em distintos temas: terrorismo, narcotráfico, operativos de manutenção da paz, assistências sociais. As Forças Armadas paraguayas assumiram como suas as novas missões definidas pelos norte-americanos: terrorismo, narcotráfico e, ultimamente, intervenção em conflitos sociais. O alinhamento aos Estados Unidos é sistemático e sem cortes desde os anos 50, quando perfilava uma das maiores ditaduras da América Latina, a de Alfredo Stroessner. (*idem*, tradução nossa)

Em uma entrevista para o *ABC Color*, o presidente paraguaio Nicanor Duarte Frutos

reafirmou a soberania do Paraguai, explicando que “os exercícios militares norte-americanos constituem uma tradição de muitos anos” e que esta fora “a primeira vez que um governo paraguaio desperta confiança, pelo combate firme à pirataria, à falsificação, ao narcotráfico, ao terrorismo” (QUE LA JUSTICIA, 2005, tradução nossa). A delicada troca de interesses entre os governos de Nicanor Duarte (2003-2008) e W. Bush pode ser melhor entendida neste trecho da entrevista:

-É possível tirar melhor proveito das relações com os Estados Unidos?
 -É isso que queremos. Eles ajudam pouco, quase nada, ao Paraguai. Precisamos que nos ampliem o mercado de açúcar orgânico. Precisamos que flexibilize suas normas tarifárias para nossas manufaturas, o mercado da carne e outros; caso contrário, não há muito sentido comum de solidariedade. O Paraguai é um país com um mercado interno pequeno e seu futuro depende da solidariedade dos países do primeiro mundo. Precisamos que passem do discurso à prática. (ABC COLOR, 2005, tradução nossa)

O presidente paraguaio acrescentou, em outra declaração, que:

(...) o principal terrorismo que assola a América Latina é a pobreza, a falta de investimentos. É a mesquinha dos países do primeiro mundo que não abrem seus mercados, não convertem a globalização em uma globalização da justiça, da promoção das indústrias nos povos que necessitam de mais presença do capital para superar sua forte estagnação, sua dor secular e, assim, contribuir com a preeminência da liberdade e da democracia. (PARA NICANOR, 2005, tradução nossa)

Durante o período analisado, houve esforço do discurso liberal em associar o terrorismo aos governos da chamada *nova esquerda* na região, marcados pelo tom crítico às intervenções ideológicas estadunidenses na América do Sul, bem como à agenda econômica neoliberal que havia marcado a década de 1990. Como exemplo, na ocasião da vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil, o *ABC Color* reportou suas preocupações:

Mas os mais pessimistas temem que Lula declare o não-pagamento da dívida externa e se lance a um populismo radical anti-norte-americano, aliando-se com seus bons camaradas, Chávez na Venezuela e Fidel em Cuba, com quem fundou o Foro de São Paulo²⁸. Neste Foro, participam partidos comunistas, grupos marxistas e guerrilhas como as FARC, o ELN e Tupac Amaru, alguns dos quais apoiam o terrorismo. Pior ainda, Lula manifestou seu total desacordo com o Tratado de Não Proliferação Nuclear e poderia estar interessado em desenvolver armas atômicas para o Brasil a partir de suas usinas nucleares. (AYALA, 2002, tradução nossa)

Nesse sentido, outro exemplo que pode ser citado consiste no posicionamento do *ABC Color* na ocasião da destituição de Fernando Lugo (2008-2012) da presidência do Paraguai. O periódico defendeu, em seu editorial, o polêmico processo de *impeachment* contra o primeiro presidente não filiado ao Partido Colorado eleito nos 60 anos anteriores. A maior parte dos países sul-americanos denunciou o processo como um golpe de Estado, uma realidade não muito distante da que o Brasil viveria 4 anos depois. Destaca-se este trecho do editorial, que

²⁸ Conferência de partidos políticos e movimentos de esquerda da América Latina e do Caribe iniciada na década de 1990 pelo Partido dos Trabalhadores brasileiro, cujo objetivo declarado é o de desenvolver alternativas ao Consenso de Washington e impulsionar as iniciativas de integração latino-americana.

comenta as declarações de Douglas Fraser, comandante do USSOUTHCOM, sobre os eventos:

“O apoio dos militares à Constituição não é uma posição política”, afirmou o alto chefe militar norte-americano em aberto e inequívoco respaldo à atitude assumida pelas Forças Armadas do Paraguai na crise política suscitada pela remoção, pelo Congresso, do ex-presidente da República, Fernando Lugo (...). Esta posição do governo norte-americano foi claramente exposta pelo general Fraser ao referir-se ao perigo de que, na tríplice fronteira de nosso país com Argentina e Brasil, se estabeleçam santuários financeiros do terrorismo internacional impulsionados pelo Irã, como o Hezbollah e o Hamas. Ao elogiar a postura institucional das Forças Armadas do Paraguai (...), o general Fraser não somente reafirmou o apoio diplomático de seu governo ao nosso país (...), mas também a vigência dos valores tradicionais da democracia ocidental sistematicamente xequçada pelo chavismo castrista e colocada à prova no Paraguai.

Por sorte, para o Paraguai – e desilusão para o “círculo bolivariano” -, a OEA demonstrou sua importância ao não aceitar sua exclusão do seio da organização hemisférica, como foi solicitado pelos governos da Unasul, confabulados com o ditador caribenho para agredir nosso país. (UN CLARO, 2012, tradução nossa)

Outro marco histórico que permeou as relações de segurança entre os Estados Unidos e a América do Sul durante o período diz respeito ao escândalo da Wikileaks. Após o vazamento de informações através do site Wikileaks, em 2010, o assunto da Tríplice Fronteira ressurgiu expondo as desconfianças e iniciativas de espionagem dos Estados Unidos em relação às intenções dos governos envolvidos na vigilância da região. Os documentos expostos também indicavam que os Estados Unidos investigaram a comunidade muçulmana no Brasil (EUA ESTUDARAM, 2010). Estas descobertas não foram bem recebidas pelos países sul-americanos e causaram, particularmente no caso brasileiro, um desconforto diplomático com a administração Obama.

Em 2013, após a assinatura do memorando de entendimento entre os governos argentino e iraniano para a criação de uma “comissão da verdade” sobre os atentados da década de 1990, o procurador geral e investigador do caso AMIA, Alberto Nismán, denunciou a “severa perturbação” causada pelo documento sobre a cooperação entre a Secretaria de Inteligência do Estado (SIDE) argentina com a Agência Central de Inteligência (CIA) estadunidense e o Instituto para Inteligência e Operações Especiais (Mossad) israelense (TRAS EL, 2015, tradução nossa). O Ministério das Relações Exteriores de Israel chegou a enviar um protesto formal contra o acordo. Nismán foi encontrado morto em sua casa dois anos depois, logo após ter acusado diversas figuras públicas, incluindo a ex-presidenta Cristina Kirchner, de acobertar as supostas atividades terroristas iranianas contra a Embaixada de Israel e a sede da AMIA, o que causou diversas polêmicas.

O periódico paraguaio *ABC Color* também cobriu o protesto contra o acordo Argentina-Irã nas reportagens de julho de 2013. O mesmo periódico noticiou, no mês seguinte, que os

órgãos de segurança paraguaios reativariam a investigação sobre supostos atores do Hezbollah na Tríplice Fronteira em publicação intitulada “Suspeitam que o Hezbollah reativou célula de arrecadação na tríplice fronteira” (SOSPECHAN QUE, 2013, tradução nossa). Em 2014, uma semana antes do atentado à AMIA completar 20 anos, o periódico alegou que o grupo “teria cada vez mais força” na região (AFIRMAN QUE, 2014, tradução nossa). No aniversário dos atentados daquele ano, o tema seria retomado ressaltando a necessidade de maior investigação do caso. O jornal argentino *Clarín* utilizou um tom similar ao periódico paraguaio, no sentido de oscilar entre a reprodução do discurso estadunidense e o jogo de palavras que demonstram suposição e recusa a afirmar quaisquer dados concretos.

O fato da Copa do Mundo e das Olimpíadas terem sido sediadas no Brasil em 2014 e 2016, respectivamente, também figurou em reportagens sobre os esforços da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Polícia Federal (PF) no sentido de reforçar suas iniciativas de vigilância em caso de possível atividade terrorista. No concernente aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, as autoridades brasileiras aumentaram os níveis de alerta das forças de segurança do país. A Abin anunciou que, além da polícia brasileira e dos 3.000 agentes da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP)²⁹, houve colaboração de 250 polícias de 55 países participantes do Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI), além da participação do Centro Integrado Antiterrorismo (Ciant). Dentre os países participantes, estavam a Argentina e o Paraguai – segundo o *Clarín*, “as razões são mais que óbvias: a Tríplice Fronteira é um lugar mais que sensível” (MÁXIMO NIVEL, 2016, tradução nossa).

Desde 2010, representantes brasileiros das polícias civil, militar e federal já haviam viajado a Israel, no contexto de uma conferência internacional sobre segurança, para conhecer as tecnologias de monitoramento que seriam utilizadas na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016. Em 2011, policiais brasileiros participaram de treinamentos antiterrorista ministrados por ex-agentes estadunidenses. No mesmo ano, foi criada a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), no âmbito do Ministério da Justiça, para coordenar o esforço conjunto, em matéria de segurança, para os grandes eventos que seriam sediados no Brasil nos anos seguintes. Em 2012, o governo brasileiro regulamentou a participação das Forças Armadas na segurança dos eventos esportivos internacionais previstos.

²⁹ A FNSP, criada pelo Decreto Presidencial n. 5.289 de 29 de novembro de 2004, consiste em um programa de cooperação de segurança pública coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Ela pode ser acionada quando um governador ou ministro solicita auxílio federal para contenção de atos passíveis de escapar ao controle das forças de segurança locais (BRASIL, 2004).

No Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, o planejamento e execução de medidas contraterroristas foi citado como uma das principais ações previstas no âmbito da PF, enquanto o intercâmbio internacional em ações antiterroristas estava previsto no escopo de ações da Abin. O documento ainda expressa sua atenção às áreas fronteiriças do país, onde “ameaças relacionadas ao crime organizado, aos crimes comuns e ao terrorismo encontram terreno fértil (...), podendo, inclusive, comprometer a segurança do evento” (BRASIL, 2012, p. 30). Ademais, a presidenta Dilma Rousseff solicitou a presença do Exército nas 12 cidades-sede da Copa, para que atuasse preventivamente em apoio à Polícia Militar. Os 57 mil militares realizaram atividades ligadas a contraterrorismo, defesa cibernética e controle das fronteiras (COUTINHO, 2014).

Apesar desta série de medidas, o Brasil ainda não havia tipificado os crimes de terrorismo e financiamento do terrorismo durante a Copa do Mundo. Em relação à lei antiterrorismo no Brasil, desde 2011, a *Folha de São Paulo* já havia apontado que “a falta de legislação prejudica as ações de prevenção contra o financiamento ao terrorismo no Brasil” (FERREIRA, 2011). Em 2015, pressões do Grupo Internacional de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi) levaram o governo brasileiro a encaminhar um projeto de lei ao Congresso, cujo conteúdo causou divergências por causa da possível consequência de criminalização dos movimentos sociais. A chamada Lei Antiterrorismo (Lei n.13.260/2016) seria aprovada somente em 2016, definindo o terrorismo da seguinte maneira:

O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública. (BRASIL, 2016)

A primeira ação contraterrorista desempenhada no Brasil desde a aprovação da Lei Antiterrorista foi a chamada *Operação Hashtag*, integrada pela PF, em conjunto com a Abin e as Forças Armadas. Iniciada na véspera dos Jogos Olímpicos do Rio, ela consistiu em uma investigação de uma suposta célula do EI no Brasil e levou à prisão preventiva de dezesseis suspeitos e à condenação de oito acusados de atuar junto a esta organização. Assim como relatado em Foz do Iguaçu, a comunidade muçulmana do Rio denunciou o aumento da intolerância e da islamofobia no país após as prisões da Operação Hashtag (VETTORAZZO, 2016).

Ainda em relação às Olimpíadas, foi criada, em 2015, a Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 (COESRIO2016), um fórum que reuniu instituições federais, estaduais e municipais para aprovar um plano integrado que

designou cerca de 85 mil pessoas para segurança para os Jogos. As referências para o planejamento da segurança pública, defesa e inteligência foram apresentados no Plano Estratégico de Segurança Integrada (PESI) dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (BRASIL, 2015), no qual foi baseado o Plano Tático Integrado (PTI), que previa as ações específicas de cada instituição (Ministérios da Justiça e da Defesa, Forças Armadas e Abin) dentro de suas atribuições. Nesse mesmo ano, começaram a aparecer matérias que citavam as suspeitas de conexão entre os grupos que financiariam o Hezbollah e o Primeiro Comando da Capital (PCC), maior facção criminosa do Brasil, na Tríplice Fronteira (EE.UU. DEBE, 2016, tradução nossa).

Segundo Bartolomé e Llenderozas (2002, p.17, tradução nossa), uma das maiores dificuldades enfrentadas na construção de uma articulação multilateral para tratar das questões de segurança na Tríplice Fronteira é o conflito de interesses dos três países da região:

Os interesses comerciais e econômicos do Paraguai se contrapõem aos interesses de segurança da Argentina e isso gera níveis de vontade e decisão política diferentes. Existem também claras divergências no campo das percepções de ameaças à segurança e da intensidade com que os países visualizam os riscos. Desde a perspectiva brasileira e paraguaia, o terrorismo é uma ameaça potencial com baixa probabilidade de ocorrência. No caso argentino, sua história recente não deixou margem de dúvida, o temor de um “terceiro atentado terrorista” reapareceu com força.

No momento em que os Estados Unidos substituíram a Argentina como principal ator securitizador, o governo sul-americano amenizou suas acusações à região, adotando uma postura mais reticente e evitando maiores desgastes políticos junto aos vizinhos. O Paraguai, por sua vez, “continuou a desempenhar o papel de principal aliado dos Estados Unidos quando o assunto era Guerra ao Terror na América do Sul” (AMARAL, 2010, p.228). O país passou a investir em um maior controle sobre Ciudad del Este, resultando na redução de uma das maiores fontes de renda da cidade, segundo maior polo econômico do país: o turismo motivado pela compra de mercadorias em condições mais favoráveis. Pode-se argumentar que o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai adotou uma estratégia pendular de política externa, aproximando-se dos Estados Unidos como tentativa de aumentar seu poder de barganha com seus parceiros no Mercosul.

Sobreposições securitárias na América do Sul: convergências e divergências

Tendo em vista os processos apresentados, faz-se necessário destacar tanto os aspectos por eles compartilhados quanto suas divergências. Nesta seção, são apresentadas as observações levantadas durante a análise dos estudos de caso, referentes: (1) às mudanças

trazidas pela Doutrina Bush nas relações entre os Estados Unidos e a América do Sul; (2) à tentativa de associação da chamada *nova esquerda* a grupos extremistas islâmicos; e (3) à lógica compartilhada pelos movimentos de securitização no subcontinente nas últimas décadas.

Em primeiro lugar, destacam-se algumas tendências das dinâmicas regionais de segurança antes e após a elaboração da Doutrina Bush. Os Estados Unidos mantiveram, por muito tempo, um histórico de participação direta nas questões políticas sul-americanas, devido, em grande parte, à ligação de seu governo com as elites dominantes da América Latina (AYERBE, 2002). Segundo Buzan e Waever (2003), a presença dos Estados Unidos na região é entendida como uma presença adjacente, pois não parece haver a possibilidade de uma balança de poder em que os Estados Unidos estejam ausentes. Os autores ainda interpretam a mudança no relacionamento entre a América do Sul e os Estados Unidos como uma mudança nas prioridades deste país, permitindo uma maior margem de manobra para a consolidação dos processos de cooperação sul-americanos.

Russell e Tokatlián (2011) caracterizam a dinâmica das relações sul-americanas com os Estados Unidos em duas fases: a primeira refere-se à década de 1990, durante a qual a região demonstrou uma política relativamente homogênea em relação aos Estados Unidos; a segunda, ao final da mesma década, foi marcada por mudanças profundas que tornaram as relações muito mais heterogêneas. O primeiro momento é caracterizado pelo final da Guerra Fria, os movimentos de redemocratização no continente e o esgotamento do modelo de substituição de importações, com subsequente adoção de preceitos neoliberais. Em contraste, a passagem para a década de 2000 vivenciou uma efervescência na diversificação de modelos de desenvolvimento, orientações de política externa e novas formas de resistência e cooperação.

As mudanças na política externa estadunidense trazidas pela administração George W. Bush representaram uma certa frustração sul-americana com o governo que havia prometido que o século XXI seria o “século das Américas” (DIETRICH, 2015, p.34, tradução nossa) e que, após os atentados de setembro de 2001, acabou voltando maior parte de sua atenção externa para o Oriente Médio. Hirst (2010, p.29) interpreta a intensificação dos sentimentos antiamericanos a partir de 2001 como resposta apreensiva dos países sul-americanos às políticas preventivas unilaterais dos Estados Unidos, questionando o modelo neoliberal da década de 1990 através de uma reação de “prudente distanciamento” frente à guerra ao terror, uma vez que a presença militar estadunidense poderia colocar em risco a margem de manobra adquirida pelas políticas sul-americanas. A autora ainda divide o padrão de relações bilaterais

dos países da América do Sul com os Estados Unidos em três modelos: (i) alinhamento com tutela (como é o caso da Colômbia); (ii) confrontação com vilanização (como é caso da Venezuela); e (iii) afirmação com sentido de oportunidade (como é o caso do Brasil).

As posições oscilantes dos governos argentino e paraguaio em ora reproduzir, ora criticar o discurso estadunidense parecem estar mais relacionadas às possíveis vantagens econômicas de se alinhar aos Estados Unidos, como demonstrado pela expectativa reproduzida nos periódicos locais sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)³⁰, por exemplo, do que à percepção real de ameaça terrorista em seus territórios. Nota-se que o posicionamento do Brasil durante quase toda a totalidade do período, qual seja a insistência em não reduzir o debate sobre segurança à questão do combate ao terrorismo e dar continuidade a discussões de temas igualmente relevantes, como o meio ambiente, vai ao encontro do discurso que o governo Santos começou a utilizar mais recentemente tanto em fóruns multilaterais quanto em suas relações bilaterais. Foi possível constatar igualmente que, ao passo que as audiências colombianas e estadunidenses em raras ocasiões criticaram o movimento securitizador dos governos W. Bush e Uribe no início da década de 2000, estas mesmas audiências pareceram bem mais críticas ao movimento de dessecuritização proposto pelo governo Santos.

Nesse contexto, um segundo ponto pode ser debatido dentro da análise apresentada: a maior autonomia e margem de manobra dos países sul-americanos adquirida na década de 2000 e as crescentes tentativas do governo estadunidense em relacionar os países governados pela chamada *nova esquerda* a atividades de grupos extremistas islâmicos. Coincidentemente ou não, esta relação foi enfatizada em momentos de maior proximidade dos países da região com o Irã, considerado parte do *eixo do mal*³¹, tais como o incremento das relações entre Venezuela e Irã desde 2007, particularmente ligado a seus interesses na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a declaração de apoio do Brasil à pesquisa nuclear iraniana para fins pacíficos, em 2009, e o memorando de entendimento entre Argentina e Irã em 2013.

Não foram raras as vezes em que foram levantadas suspeitas sobre uma possível colaboração das FARC-EP com o Hezbollah em território venezuelano e equatoriano sob os governos de Hugo Chávez e Rafael Correa, por exemplo. No caso da Tríplice Fronteira,

³⁰ Projeto de bloco econômico interamericano de livre comércio proposto pelos Estados Unidos, interpretado tanto com desconfiança quanto como uma possível oportunidade por diferentes países latino-americanos.

³¹ O eixo do mal (*axis of evil*), termo cunhado pelo presidente estadunidense George W. Bush em 2002, diz respeito a países considerados hostis ao governo dos Estados Unidos. Inicialmente, o eixo era composto pela Coreia do Norte, pelo Irã e pelo Iraque.

suspeitas acerca dos posicionamentos dos governos de Cristina Kirchner, Lula da Silva e Fernando Lugo em relação às investigações sobre o suposto financiamento do terrorismo libanês, com apoio iraniano, foram igualmente reproduzidas nos periódicos analisados.

Por fim, a investigação apresentada demonstrou um terceiro ponto relevante à análise: que a tentativa de inserção do terrorismo na agenda de segurança do Norte Andino e do Cone Sul foi feita através de uma mesma estratégia, qual seja a escolha de um tema prioritário de segurança já securitizado e a tentativa de ressignificá-lo dentro da lógica da chamada Guerra Global ao Terror. No caso do Norte Andino, o tema eleito foi o narcotráfico colombiano, cujo próprio processo de securitização já havia sido estruturado pelo discurso estadunidense e encontrava relativo respaldo no governo colombiano. No Cone Sul, foi escolhida a região da Tríplice Fronteira, estigmatizada por representar um local onde o crime organizado transnacional teria facilidade para se apropriar das redes de grande fluxo comercial, além de já ter sido responsabilizada, pelos governos argentino e israelense, de servir de base para grupos extremistas islâmicos que teriam organizado atentados em Buenos Aires no início da década de 1990.

Pode-se argumentar que o êxito do processo de securitização do terrorismo no Norte Andino está diretamente relacionado às bases já consolidadas do processo de securitização do narcotráfico. Esta transposição foi facilitada pelo movimento securitizador de fusão dos fenômenos do narcotráfico e do terrorismo, através da construção do inimigo *narcoterrorista*, que, a partir de 2001, deixou de ser associado exclusivamente ao narcotraficante e passou a ser relacionado ao guerrilheiro envolvido com o narcotráfico. No Cone Sul, por sua vez, a securitização do terrorismo encontrou maiores empecilhos ao tentar se sobrepor ao processo de securitização do chamado crime organizado transnacional, apesar da construção do chamado *nexo crime-terror*. Ainda que o terrorismo tenha ganhado espaço na agenda de segurança dos países do Cone Sul, sua tentativa de inserção enquanto prioridade hemisférica não foi tão bem-sucedida como na Colômbia.

Em resumo, pode-se afirmar que os governos dos Estados Unidos aproveitaram-se de estruturas e processos de intervenção que já estavam em andamento, uma lógica que já havia sido - e continua sendo - utilizada: o entendimento da identidade nacional como resultado de uma contínua reprodução de *Outricidades* (RESENDE, 2012). Segundo Hopf (1998), identidades possuem três funções interconectadas indispensáveis em uma sociedade: elas caracterizam o sujeito em relação a si mesmo, aos outros e tornam possível o reconhecimento dos outros ao próprio sujeito. O autor destaca o fato de o produtor da identidade não ter controle sobre como ela será interpretada pelos outros atores, tornando a estrutura

intersubjetiva a principal responsável pela produção de sentidos acerca de determinada identidade.

Para Anderson (1991), a ideia de nação, cuja essência seria sua identidade, consiste em um processo inacabado, pois a identidade opera em uma dinâmica de contínua reafirmação. Resende (2012, p.87) resume: “a política externa funcionaria, portanto, como uma arena privilegiada para a reprodução das condições de existência do Estado, devido a sua capacidade de produzir discursivamente o ‘Outro’”. Nesse contexto, Crenshaw (2010b, p.41) coloca que:

Esses movimentos [como a *Jihad* islâmica] são vistos como uma ameaça à democracia, à tolerância e à liberdade. A visão do governo norte-americano é que eles nos odeiam por aquilo que somos. (...) O terrorismo é então visto como uma ameaça à identidade, mais do que a interesses. Não importa se esse quadro a respeito dos motivos por trás do terrorismo é verdadeiro ou não; o fato é que ele tem um poderoso impacto emocional.

Assim como os comunistas, os usuários e traficantes de droga durante a Doutrina Reagan, no contexto da Doutrina Bush, os “Outros” elencado no Norte Andino e no Cone Sul foram os narcoterroristas e a comunidade árabe da Tríplice Fronteira, respectivamente. Entretanto, notou-se que a imagem do inimigo narcoterrorista foi muito mais “convicente” para as audiências andinas do que aquela do inimigo terrorista islâmico no Brasil, no Paraguai e, em determinada medida, na Argentina.

Considerações Finais

A inserção do terrorismo na agenda de segurança sul-americana ocorreu através de dois processos de securitização adjacentes, cada qual relativo a um subcomplexo regional de segurança específico: do narcoterrorismo no Norte Andino e do nexos crime-terror na região da chamada Tríplice Fronteira no Cone Sul. Ambos os processos tiveram início sobre outras securitizações que já estavam em andamento em suas respectivas regiões e tiveram como ator securitizador principal o governo dos Estados Unidos.

No Norte Andino, foi possível observar que as associações entre movimentos guerrilheiros e grupos narcotraficantes advindas do conflito interno colombiano serviram de base para uma eventual associação entre estes atores e o terrorismo, possibilitando a continuidade dos recursos de auxílio externo para o governo colombiano e a manutenção da influência e aprofundamento da presença militar estadunidense na região amazônica. Por outro lado, no Cone Sul, as acusações produzidas pelo governo argentino e pelo governo israelense acerca da atuação de grupos extremistas islâmicos, com apoio iraniano, nos atentados de 1992 e 1994 em Buenos Aires, lançaram bases para que o governo estadunidense

pudesse alavancar as suspeitas de atividades de financiamento do terrorismo islâmico na região da fronteira tríplice entre Argentina, Brasil e Paraguai, possibilitando um maior monitoramento externo sobre a região, bem como um aprofundamento da estigmatização da sua comunidade árabe.

A ressignificação do terrorismo na América do Sul a partir de 2001 demonstrou a continuidade do discurso político construtor de ameaças na política externa dos Estados Unidos em sua agenda de segurança hemisférica. Assim como nos contextos de combate ao comunismo e às drogas no século anterior, a relação entre o discurso político da guerra ao terror e a (re)produção de identidades específicas no âmbito securitário é permeada pela formação de posições privilegiadas que permitem legitimar a adoção de medidas excepcionais de contra-violência no subcontinente. Tais considerações sugerem que a estratégia da política externa estadunidense na região é formulada com base no medo, na incerteza e na necessidade de maximização da (in)segurança.

Ao analisar a continuidade dos movimentos retóricos responsáveis por elencar cada uma das ameaças colocadas como prioridades na agenda de segurança estadunidense no último século, torna-se clara a afinidade entre os argumentos empregados para defender interesses marcadamente semelhantes. Desde os atentados de 11 de setembro de 2001, a ameaça prioritária pode aparentar ter mudado, mas as consequências de sua securitização seguem um padrão discursivo semelhante e geram movimentos de exclusão e marginalização de parcelas da sociedade que seguem a mesma lógica anterior. O comunista, o traficante/consumidor de drogas e o terrorista possuem suas particularidades, mas o sentimento explorado pelo discurso político oficial é o mesmo – pânico, exceção, incerteza e medo.

Referências Bibliográficas

ABBOTT, Philip K. Terrorist Threat in the Tri-Border Area: Myth or Reality? *Military Review*, pp.51-55, 2004.

AFIRMAN QUE terroristas de Hizbulá son financiados en Triple Frontera. *ABC Color*, Assunção, 12 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/internacionales/afirman-que-terroristas-de-hizbula-son-financiados-en-triple-frontera-1265259.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

AMARAL, Arthur B. do. *A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

AMIA: las pruebas secretas de la SIDE contra el ex embajador iraní. *Clarín*, Buenos Aires, 31 ago. 2003. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/amia-pruebas-secretas-side-ex-embajador-irani_0_HJAZFLegCKg.html>. Acesso em: 03 jul. 2017.

AMORIM, Celso L.N. *O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança*. 2004. Ciclo de debates do Ministério da Defesa sobre atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7608-artigo-do-senhor-ministro-de-estado-apresentado-no-ciclo-de-debates-organizado-pelo-ministerio-da-defesa-sobre-atualizacao-do-pensamento-brasileiro-em-materia-de-defesa-e-seguranca>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1991.

AYALA, Porfirio C. ¿A dónde va Lula?. *ABC Color*, Opinião, Assunção, 13 out. 2002. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/opinion/a-donde-va-lula-667162.html>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

AYERBE, Luis F. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BANDEIRA, Luiz A. M. *Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2010.

BARTOLOMÉ, Mariano C.; LLENDEROZAS, Elsa. La Triple Frontera dede la perspectiva argentina: principal foco terrorista en el Cono Sur americano. Paineel “Terrorismo y repercusiones hemisféricas: Argentina, Brasil, Ecuador, Costa Rica y Guatemala en perspectiva comparada”, 7-10 de agosto, Brasília, Center for Hemispheric Defense Studies, 2002.

BAYART, Jean-François. Africa in the world: a history of extraversion. *African Affairs*, n.99, pp.217-267, 2000.

BENNETT, William J. Colombia: America’s Favorite Narco-Democracy. *Wall Street Journal*, April 4, 1995. In.: HELMS, Jesse. *Empire for Liberty: A Sovereign America and Her Moral Mission*. Washington D.C.: Regnery Publishing, Inc., pp.171-173, 2001.

BRASIL. *Decreto nº 5.289 de 29 de novembro de 2004*. Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências. Brasília, 29 de novembro de 2004.

_____. *Lei nº 13.260 de 16 de março de 2016*. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Brasília, 16 de março de 2016.

_____. Ministério da Justiça. Gabinete do Ministro. *Portaria Interministerial nº 1.678, de 30 de setembro de 2015*. Aprova o Plano Estratégico de Segurança Integrada para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Brasília, 30 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_27030141_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_1678_DE_30_DE_SETEMBRO_DE_2015.aspx>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. *Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014*. Brasília, janeiro de 2012. Disponível em: <[http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/PlanejamentoEstrategicoSESGE%20\(2\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/PlanejamentoEstrategicoSESGE%20(2).pdf)>. Acesso em: 20 set. 2017.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. Why International Relations has Failed as an Intellectual Project and What to do About It. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 30, n.1, p. 19-39, 2001.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Power: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1998.

VAICIUS, Ingrid; ISACSON, Adam. The “War on Drugs” meets the “War on Terror”: The United States’ military involvement in Colombia climbs to the next level. *International Policy Report*, Center for International Policy, 2003. Disponível em: <<https://www.ciponline.org/images/uploads/publications/0302ipr.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

CIUDAD DEL Este, la más espiada del sur. *Clarín*, Buenos Aires, 30 mar. 2003. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/suplementos/zona/2003/03/30/z-00215.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

COLOMBIA. Departamento Nacional de Planejamento. Direção de Justiça e Segurança. *Balance Plan Colombia 1999-2005*. Bogotá, setembro de 2006. Disponível em: <https://colaboracion.dnp.gov.co/cdt/justicia%20seguridad%20y%20gobierno/bal_plan_col_espanol_final.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Departamento Nacional de Planeamiento. Dirección de Justiça e Segurança. *Plan Colombia: Balance de los 15 años*. Bogotá, 2016. Disponível em: <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Sinergia/Documentos/PLAN_COLOMBIA_Boletin_180216.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Presidência da República. Ministério da Defesa Nacional. El Plan Colombia. Texto oficial de la embajada de los Estados Unidos, Bogotá, Colombia. *Le Monde diplomatique*. 1999. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/cahier/ameriquelatine/plancolombieus>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Presidência da República. Ministério da Defesa Nacional. *Política de Seguridad y Defensa Democrática*. Bogotá, 2003. Disponível em: <<https://www.oas.org/csh/spanish/documentos/Colombia.pdf>> . Acesso em: 13 jun. 2017.

CONFIRMAN EL alerta por temor a un ataque. *Clarín*, Buenos Aires, 19 out. 2002. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/confirman-alerta-temor-ataque_0_SyT-bjQxCKx.html>. Acesso em: 02 jul. 2017.

COUTINHO, Filipe. Comando concentra 2.800 militares para a operação Copa em Brasília. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06 jun. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1467027-comando-concentra-2800-militares-para-a-operacao-copa-em-brasilia.shtml>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

CRENSHAW, Martha. A estratégia contraterrorista dos Estados Unidos. In.: HERZ, Monica; AMARAL, Arthur B. do. (Orgs.). *Terrorismo e Relações Internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010a.

_____. O terrorismo visto como um problema de segurança internacional. In.: HERZ, Monica; AMARAL, Arthur B. do. (Orgs.). *Terrorismo e Relações Internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010b.

DIETRICH, John W. (Ed.) *The George W. Bush Foreign Policy Reader: Presidential Speeches with Commentary*. Nova Iorque: Routledge, 2015.

EE.UU. DEBE trabajar con autoridades latinas contra el terrorismo. *ABC Color*, Assunção, 14 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/eeuu-debe-trabajar-con-autoridades-latinas-contra-el-terrorismo-1489522.html>>. Acesso em 20 jun. 2017.

EL ACUÍFERO Guaraní: tesoro codiciado en tiempos de sed. *Clarín*, Buenos Aires, 25 set. 2005. Disponível em: <https://www.clarin.com/ediciones-antiores/acuifero-guarani-tesoro-codiciado-tiempos_0_H1MgDuPy0Kx.html>. Acesso: 04 jul. 2017.

EL GOBIERNO analiza las posibles amenazas terroristas a la Argentina. *Clarín*, Buenos Aires, 24 jul. 2016. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/gobierno-posibles-amenazas-terroristas-argentina_0_HyRXjI-u.html>. Acesso em: 18 jul. 2017.

EL TIEMPO, Redacción. Bush recorta la ayuda hacia A. Latina. *El Tiempo*, Bogotá, 07 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1908741>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. Colombia, en la mira de E.U. *El Tiempo*, Bogotá, 14 out. 2001a. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-699176>>. Acceso em: 16 abr. 2017.

_____. Colombia no obtuvo en la OEA todo lo que quería. *El Tiempo*, Bogotá, 18 mar. 2008a. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-4018289>>. Acceso em: 20 abr. 2017.

_____. ¿De vuelta a la normalidad?. *El Tiempo*, Bogotá, 11 mar. 2008b. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-2858552>>. Acceso em 20 abr. 2017.

_____. Editorial: Es mejor sumar que dividir. *El Tiempo*, Editorial, Bogotá, 26 mai. 2012. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-11888021>>. Acceso em: 22 abr. 2017.

_____. El Caguán ya no es el mismo. *El Tiempo*, Bogotá, 16 set. 2001b. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-651567>>. Acceso em: 16 abr. 2017.

_____. El Comandante mandó parar. *El Tiempo*, Bogotá, 01 ago. 1993a. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-184188>>. Acceso em: 12 abr. 2017.

_____. El quinto año de gobierno de Álvaro Uribe ha sido el más difícil en toda su gestión. *El Tiempo*, Bogotá, 28 jul. 2007. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-3658000>>. Acceso em: 19 abr. 2017.

_____. Espaldarazo de siete países a Uribe. *El Tiempo*, Bogotá, 16 ago. 2003a. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1011657>>. Acceso em: 17 abr. 2017.

_____. La IV Flota está de regreso. *El Tiempo*, Bogotá, 11 mai. 2008c. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-2930817>>. Acceso em: 20 abr. 2017.

_____. La guerra que nunca quisimos ver. *El Tiempo*, Bogotá, 29 nov. 1992. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-248510>>. Acceso em 11 abr. 2017.

_____. Los primeros tres meses. *El Tiempo*, Bogotá, 07 nov. 2010. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-4241129>>. Acceso em: 21 abr. 2017.

_____. No todo es la apertura económica. *El Tiempo*, Bogotá, 07 ago. 1990. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-69501>>. Acceso em: 11 abr. 2017.

_____. Nuevo intento de desprestigiar al gobierno y a las Fuerzas Armadas. *El Tiempo*, Bogotá, 17 mar. 1993b. Disponible em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-77185>>. Acceso em: 12 abr. 2017.

_____. Soberanía vs. Neoimperialismo. *El Tiempo*, Bogotá, 23 abr. 1995. Disponible em <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-316181>>. Acceso em: 13 abr. 2017.

_____. Uribe no es Blair. *El Tiempo*, Bogotá, 21 mar. 2003b. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-966576>> . Acesso em: 17 abr. 2017.

EN LA SIDE ya tenían un alerta. *Clarín*, Buenos Aires, 12 set. 2001. Disponível em: <https://www.clarin.com/ediciones-antiores/side-alerta_0_r1MxPMDe0tx.html>. Acesso em: 01 jul. 2017.

ESTADOS UNIDOS. Congresso dos Estados Unidos. *H.R. 4775 – 2002 Supplemental Appropriations Act for Further Recovery From and Response To Terrorist Attacks on the United States*. Washington, GPO, 2002a. Disponível em: <<https://www.congress.gov/107/plaws/publ206/PLAW-107publ206.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Conselho de Segurança Nacional. *National Security Directive 18 - International Counternarcotics Strategy*. Washington, D.C., 1989. Disponível em: <<https://fas.org/irp/offdocs/nsd/nsd18.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Conselho de Segurança Nacional. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington, D.C., 2002b. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

_____. Conselho de Segurança Nacional. *National Strategy for Combating Terrorism*. Washington, D.C., 2006. Disponível em: <<https://georgewbushwhitehouse.archives.gov/nsc/nsct/2006/sectionV.html>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

_____. Departamento de Estado, Gabinete do Coordenador de Contraterrorismo. *Patterns of Global Terrorism*. Washington, GPO, 1992. Disponível em: <http://fas.org/irp/threat/terror_92/latin.html> . Acesso em: 18 mai. 2016.

EUA ESTUDARAM comunidade muçulmana no Brasil; leia telegrama traduzido. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2010/11/838419-eua-estudaram-comunidade-muculmana-no-brasil-leia-telegrama-traduzido.shtml>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

FARAH, Douglas. *Transnational Organized Crime, Terrorism, and Criminalized States in Latin America: An Emerging Tier-One National Security Priority*. Carlisle Barracks: U.C. Army War College/Strategic Studies Institute, 2012.

FERREIRA, Flávio. Brasil precisa de lei contra o terrorismo, dizem especialistas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 set. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/981110-brasil-precisa-de-lei-contra-o-terrorismo-dizem-especialistas.shtml>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

FERREIRA, Marcos. A política de segurança dos Estados Unidos e a Tríplice Fronteira no pós 11 de setembro: uma análise dos interesses norte-americanos e o posicionamento brasileiro. Tese (doutorado). Campinas: IFCH/ UNICAMP. 2010.

GERCHMANN, Léo. Argentina culpa Jihad por ataque de 92. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 fev. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft25029810.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

GUZZI, André C. *A extraterritorialidade das Forças Armadas norte-americanas para o combate ao tráfico ilícito de drogas na Colômbia*, 2007. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/integra/andre_guzzi_17-08-07.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

HANSEN, Lene. The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School. *Millennium: Journal of International Studies*, v.29, n.2, pp. 285-306, 2000.

HIRST, Monica. América Latina-EUA em tempos de pós-Guerra Fria. *Revista USP*, n.84, p.24-37, 2009-2010.

_____. As relações Brasil - Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI. Tese (Doutorado). Porto Alegre: FCE/UFRGS, 2011.

HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*, vol. 23, n.2, pp.171-200, 1998.

HUDSON, Rex. Terrorist and Organized Crime Groups in the Tri-Border Area (TBA) of South America. Relatório preparado pela Federal Research Division, Biblioteca do Congresso, 2003.

HUYSMANS, Jef. Revisiting Copenhagen: Or, On the Creative Development of a Security Agenda in Europe. *European Journal of International Relations*, v.4, n.4, pp. 479-505, 1998.

INYECTAN 20 millones de dólares desde Tres Fronteras para causa islâmica. *ABC Color*, Assunção, 18 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/policiales/inyectan-20-millones-de-dolares-desde-tres-fronteras-para-causa-islamica-844059.html>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

ISRAEL REITERA sospechas sobre Triple Frontera. *ABC Color*, Assunção, 04 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/israel-reitera-sospechas-sobre-triple-frontera-591634.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

JACKSON, Richard. The Politics of Threat and Danger: Writing the War on Terrorism. Trabalho apresentado na Conferência Annual da British International Studies Association (BISA), Universidade de Warwick, 2004.

JUGADA BRASILEÑA para no perder espacios ante EE.UU. *Clarín*, Buenos Aires, 16 ago. 2006. Disponível em: <https://www.clarin.com/ediciones-antiores/jugada-brasilena-perder-espacios-eeuu_0_BkY31VkrRk.html>. Acesso em: 08 jul. 2017.

LABROUSSE, Alain. Geopolítica das Drogas. São Paulo: Desatino, 2010.

LACERDA, Jan Marcel. de A. F.; GUERRA, Gustavo. R. Terrorismo na América Latina:

conceitos, Direito Internacional e o caso colombiano. *Em Debate: Revista Digital*, Florianópolis, n.3, p.87-102, 2007.

LAIR, Eric. Colombia: una guerra contra los civiles. *Colombia Internacional*, n.49-50, p.135-147, 2000.

LIBANESES USABAN unos seis bancos para remesar dinero. *ABC Color*, Assunção, 17 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/policiales/libaneses-usaban-unos-seis-bancos-para-remesar-dinero-918140.html>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

LOS TRABAJADORES del Cono Sur se manifiestan contra processo neoliberal. *ABC Color*, Assunção, 19 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/los-trabajadores-del-cono-sur-se-manifiestan-contra-proceso-neoliberal-705583.html>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

MAGALHÃES, Mário. PF tropeça em investigação sobre terrorismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 set. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2109200126.htm>>. Acesso: 15 mai. 2017.

MARÍN, Olga C. C.; DÍAZ, Jenny P. P. *La “narcoguerrilla” como noticia: un análisis de la representación de las relaciones entre narcotráfico y guerrilla en la prensa colombiana (1982-2002)*. Tese (doutorado). Bogotá: Universidad del Rosario, 2009.

MARINES EN Paraguay: se reaviva el temor sobre los recursos naturales. *Clarín*, Buenos Aires, 25 set. 2005. Disponível em: <https://www.clarin.com/ediciones-antiores/marines-paraguay-reaviva-temor-recursos-naturales_0_r1Zxw_PkRFx.html>. Acesso em: 04 jul. 2017.

MASCHIO, José; SOARES, Ronaldo; MAISONNAVE, Fabiano. Abin mobiliza agentes na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 set. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u29113.shtml>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

MÁXIMO NIVEL de alerta en Brasil por los Juegos Olímpicos. *Clarín*, Buenos Aires, 29 jun. 2016. Disponível em: <https://www.clarin.com/mundo/maximo-alerta-brasil-juegos-olimpicos_0_Hkbxk0Z8.html>. Acesso em: 18 jul. 2017.

NOTICIAS BREVES. *ABC Color*, Assunção, 16 out. 2004. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/internacionales/noticias-breves-791554.html>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

O'GRADY, Mary A. Colombia's Terrorists: Talk Talk, Fight Fight. *The Wall Street Journal*, Nova Iorque, 05 out. 2014. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/colombias-terrorists-talk-talk-fight-fight-1412543243>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Santos Empowers Colombia's Terrorists. *The Wall Street Journal*, Nova Iorque, 29 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/santos-empowers-colombias-terrorists-1448833878?mod=searchresults&page=6&pos=16?>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

OEA (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS). *Resolução da Vigésima Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores RC.25/RES.1/08 rev. 1.*

Washington, D.C., 2008. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/pr/RC/XXV%20reunion%20consulta%20marzo%2017%2008.a.sp>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

PARA NICANOR, ya terminó la época de militares obsesionados por negocios. *ABC Color*, Assunção, 26 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/para-nicanor-ya-termino-la-epoca-de-militares-obsesionados-por-negocios-852394.html>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

PARO, Denise. Terrorismo na Tríplice Fronteira: o discurso da incerteza. Artigo apresentado no Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2007.

PASTRANA, Andrés. Foro desafíos para la paz en la Pontificia Universidad Javeriana. *Biblioteca Presidencial Virtual Andrés Pastrana*. Bogotá, Colombia, 2001. Disponível em: <<http://andrespastrana.org/portfolio-items/foro-desafios-para-la-paz-en-la-pontificia-universidad-javeriana/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PRADO, Maeli. Artigo polêmico ofende argentinos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 jul. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2107200515.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

PREFEITO DE Foz do Iguaçu acusa imprensa americana de terrorismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06 nov. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u32971.shtml>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

PRESENTARON EN sociedad la primera misión norteamericana. *ABC Color*, Assunção, 15 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/presentaron-en-sociedad-la-primera-mision-norteamericana-843595.html>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

PRETENDEN UNIFICAR los operativos en Cono Sur. *ABC Color*, Assunção, 14 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/policiales/pretenden-unificar-los-operativos-en-cono-sur-690058.html>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

"¡QUE LA JUSTICIA actúe!", reclama el presidente Nicanor Duarte Frutos. *ABC Color*, Assunção, 16 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/que-la-justicia-actue-reclama-el-presidente-nicanor-duarte-frutos-850180.html>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

RADU, Michael. Latin America Has Its Own Problems With Terrorism. *The Wall Street Journal*, Nova Iorque, 21 set. 2001. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/SB1001031044120428600>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

RESENDE, Erica Simone A. Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

RESPUESTA DEL Gobierno a EE.UU. por la Triple Frontera. *Clarín*, Buenos Aires, 11 mar. 2006. Disponível em: <https://www.clarin.com/ediciones-antteriores/respuesta-gobierno-eeuu-triple-frontera_0_HJzsaS1RKg.html>. Acesso em: 08 jul. 2017.

REVUELO OFICIAL por una versión sobre terroristas. *Clarín*, Buenos Aires, 03 jul. 1999. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/revuelo-oficial-version-terroristas_0_BJAOETeAKx.html>. Acesso em: 30 jun. 2017.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, Janeiro 2012.

RUCKAUF: “Hay un alerta en la región”. *Clarín*, Buenos Aires, 20 out. 2002. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/ruckauf-alerta-region_0_SJnbyomlCtg.html>. Acesso em: 02 jul. 2017.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIÁN, Juan G. *Percepções argentinas sobre o Brasil: ambivalências e expectativas*. Working Paper n. 19, Plataforma Democrática, 2011. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/arquivos/plataforma_democratica_working_paper_19_portugues.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2016.

SANDERSON, Thomas M. Transnational Terror and Organized Crime: Blurring the Lines. *SAIS Review*, vol. XXIV, n.1, pp. 49-61, 2004.

SANDRINI, João. Suspeita de terror põe Argentina em alerta. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u46635.shtml>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

SANFORD, Victoria. Learning to Kill by Proxy: Colombian Paramilitaries and the Legacy of Central American Death Squads, Contras, and Civil Patrols. *Social Justice*, v.20, n.3, pp.63-81, 2003.

SANTOS, Marcelo. *O Conflito Colombiano e o Plano Colômbia*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011.

SANTOS, Tamiris P. dos. *O Transbordamento do Conflito Interno Colombiano: internacionalização da crise nas fronteiras com Venezuela e Brasil durante a gestão de Álvaro Uribe (2002-2010)*. Tese (doutorado). São Paulo: PROLAM/USP, 2013.

SEGÚN EE.UU., corrupción e inestabilidad política en Paraguay ahuyentan inversiones. *ABC Color*, Assunção, 24 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/segun-eeuu-corrupcion-e-inestabilidad-politica-en-paraguay-ahuyentan-inversiones-753191.html>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SHELLEY, Louise; PICARELLI, John T. Methods and Motives: Exploring Links between Transnational Organized Crime and International Terrorism. *Trends in Organized Crime*, v.9, n.2, p.52-67, 2005.

SOSPECHAN QUE Hizbulá reactivó ala de recaudación en la triple frontera. *ABC Color*, Assunção, 05 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/judiciales-y-policiales/sospechan-que-hizbula-reactivo-ala-de-recaudacion-en-la-triple-frontera-603297.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SOUZA, Josias de. Governo investiga conexão árabe no Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jul. 1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/31/mundo/14.html>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

SUAREZ, Marcial. A. Garcia. Terrorismo e política internacional: uma aproximação à América do Sul. *Contexto Internacional*, v.34, n.2, pp.363-396, 2012.

TERRORISTAS ISLÁMICOS se consolidan en Tres Fronteras, dicen israelíes. *ABC Color*, Assunção, 11 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/internacionales/terroristas-islamicos-se-consolidan-en-tres-fronteras-dicen-israelies-745794.html>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

THOUMI, Francisco. Las drogas ilegales, el fracaso de la política antinarcoóticos y la necesidad de reformas institucionales en Colombia. In.: TOKATLIÁN, Juan G. La guerra contra las drogas en el mundo andino. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2009.

TOKATLIÁN, Juan G. Colômbia: mais insegurança humana, menos segurança regional. *Contexto internacional*, n.24, v.1, pp.129-166, 2002.

TRAS EL caso Nisman, la Argentina quedó más vulnerable a un ataque terrorista. *Clarín*, Buenos Aires, 16 nov. 2015. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/nisman_terrorismo_fracia_0_rJXUreYPme.html>. Acesso em: 15 jul. 2017.

TRIPLE FRONTERA latinoamericana, un área de riesgo terrorista. *ABC Color*, Assunção, 11 set. 2002. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/internacionales/triple-frontera-latinoamericana-un-area-de-riesgo-terrorista-662450.html>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

UN CLARO mensaje institucional de los militares paraguayos a la región. *ABC Color*, Assunção, 19 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/editorial/un-claro-mensaje-institucional-de-los-militares-paraguayos-a-la-region-427983.html>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

UNASUR (Unión de Naciones Suramericanas). *Decisión de la Reunión Extraordinaria de Jefes y Jefes de Estado y de Gobierno en la Unasur*. San Carlo de Bariloche, 20 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/DEC.2009.REUNEXTRAORD.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

VALENCIA, León. Drogas, conflito e os EUA – A Colômbia no início do século. *Estudos Avançados*, v.55, n.19, pp. 129-151, 2005.

VELÁSQUEZ, Alejo V. Nueva Prospectiva para la Paz de Colombia. *Investigación y Desarrollo*, v.11, n.1, p.104-133, 2003.

VÉLEZ, María A. FARC-ELN: evolución y expansión territorial. *Desarrollo y Sociedad*, n.47, pp.151-225, 2001.

VETTORAZZO, Lucas. Muçulmanos do Rio relatam aumento de intolerância em momentos de crise. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 jul. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1794617-muculmanos-do-rio-relatam-aumento-de-intolerancia-em-momentos-de-crise.shtml>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

VIANA, Manuela T. *A dimensão internacional do conflito armado colombiano: a internacionalização dos processos de paz segundo as agendas hemisférica e global*. Dissertação (mestrado). São Paulo: USP, 2009.

VILLA, Rafael D. O Paradoxo da Macrosseguritização: Quando a Guerra ao Terror não Seguritiza Outras “Guerras” na América do Sul. *Contexto Internacional*, vol. 26, n.2, p.349-383, 2014.

VILLA, Rafael D.; OSTOS, Maria del P. As relações Colombia, países vizinhos, Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.48, n.2, pp. 86-110, 2005.

WILKINSON, Claire. The Copenhagen School on Tour in Kyrgyzstan: Is Securitization Theory Useable Outside Europe? *Security Dialogue*, vol.38, n.1, p.5-25, 2007.

WILLIAMS, Michael. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. *International Studies Quarterly*, v. 47, pp. 511-531, 2003.

YOUNG, Gerardo. La acusación se basa en informes de inteligencia y de disidentes iraníes. *Clarín*, Buenos Aires, 19 nov. 2006. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/suplementos/zona/2006/11/19/z-03801.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

YOUNGERS, Coletta. The U.S. and Latin America After 9-11 and Iraq. *Foreign Policy in Focus*. Junho de 2003. Disponível em: <http://fpif.org/the_us_and_latam_after_9-11_and_iraq/>. Acesso em: 10 out. 2017.

PARTE III
AGENDA DE PESQUISA

Há uma lacuna na academia brasileira em relação à produção científica relacionada às temáticas do terrorismo e das novas agendas dos estudos de segurança, particularmente quando comparada às comunidades acadêmicas estadunidenses e europeias (HERZ & AMARAL, 2010). Um dos objetivos deste trabalho foi justamente contribuir para o crescente debate acerca destes temas, tendo em vista que a análise dos fenômenos, conflitualidades e violências da esfera internacional, bem como dos processos de negociação, administração e resolução de conflitos que incorporam informações sobre os países da América do Sul, contribui diretamente para a valorização da ótica sul-americana nos estudos de política internacional e para os esforços de descolonização intelectual no mundo acadêmico.

Considerando a necessidade de aprofundar o debate acerca das construções das redes de poder que estruturam as relações interamericanas, bem como do posicionamento dos países sul-americanos em relação à sua agenda de segurança e suas necessidades securitárias regionais, um dos caminhos que podem ser seguidos pela agenda de pesquisa nos próximos anos consistiria na investigação das relações existentes entre o discurso político, a construção de identidades e a delimitação de agendas de segurança. Esta temática demonstra-se extremamente relevante, uma vez que os impactos políticos da adoção de uma agenda antiterror no continente extrapolam o âmbito da segurança, refletindo diretamente sobre questões de cidadania, governabilidade e legitimidade.

Nesse sentido, partindo das contribuições da Escola de Copenhague, outra temática que poderia ser explorada pela agenda de pesquisa diz respeito ao conceito de *macrossecuritização*. As principais diferenças entre a securitização e a macrossecuritização consistem na escala de sua repercussão e na proporção de seu objeto de referência. Enquanto a securitização trabalha majoritariamente com objetos de referência do nível intermediário (frequentemente o Estado), a macrossecuritização repercute em um nível mais amplo, tomando como objeto de referência atores de maior proporção (a humanidade como um todo, por exemplo). A macrossecuritização também dialoga e pode interferir diretamente sobre os processos de securitização em níveis menores (BUZAN & WAEVER, 2009).

Entretanto, a pesquisa em torno deste conceito deve considerar o que Villa (2014) chama de *paradoxo da macrossecuritização*, referente à possibilidade de que um discurso macrossecuritizador seja bem-sucedido sem que resulte necessariamente em uma securitização efetiva. Isso poderia acontecer por cinco razões distintas: (1) a diferença de percepção da ameaça em diferentes escalas; (2) dificuldades de consenso devido à diferença de prioridade que a ameaça ocupa em agendas distintas; (3) a possibilidade do discurso macrossecuritizador ser aceito de maneira fragmentada; (4) as limitações dos meios práticos

da aceitação da macrossecuritização em relação ao contexto histórico-social local; e (5) a perda da autonomia de ameaças que passam a ser vistas como extensões da ameaça macrossecuritizada.

Ademais, o trabalho também abre espaço para o debate em torno da análise das audiências, particularmente no sentido de investigar o papel das mídias e sua relação com a opinião pública (CHAN & SAFRAN, 2006; HOLSTI, 1992; DIECK, 2015) e política externa (RISSE-KAPPEN, 1991; NEACK, 2008) nos processos de securitização. Além das mídias, outros atores e conexões relevantes podem ser melhor explorados pela agenda de pesquisa, tanto em nível regional quanto global, consistem nos governos da Venezuela (CALDERON & HOLMAN, 2014), no Norte Andino, de Israel (BAHBAH & BUTLER, 1986; BEIT-HALLAHMI, 1987), no Cone Sul, e na renovação das relações da América do Sul com o Irã ao longo da década de 2000 (ARNSON *et. al.*, 2009; JOHNSON, 2012; WATSON, 2016), por exemplo.

Alternativamente, também é possível estruturar uma análise acerca dos impactos do discurso macrossecuritizador do combate ao terrorismo sobre ameaças percebidas como prioritárias pelos próprios países sul-americanos, tais como o crime organizado transnacional em suas distintas manifestações (UNODC, 2011). Os efeitos nocivos da militarização da segurança pública, por exemplo, em países como Colômbia, México e Brasil estão estritamente relacionados às estratégias de combate ao narcotráfico na América Latina. Assim, existe a possibilidade de expandir o escopo da pesquisa tanto a partir da análise da securitização destas manifestações do crime organizado na América Latina, como um todo, quanto em uma análise comparativa com outras regiões. Um bom exemplo é o Afeganistão, país que, assim como a Colômbia, sentiu mais fortemente os impactos da construção do termo *narcoterrorismo*, através da conexão entre o tráfico de drogas e o financiamento de grupos terroristas (LABROUSSE, 2010).

Tais associações levam a uma última proposta para a agenda de pesquisa, a qual diz respeito aos argumentos de movimentos sociais que vem militando com o objetivo de impulsionar uma reforma nas políticas públicas de combate às drogas. Debate-se, cada vez mais, o reconhecimento de que o modelo proibicionista empregado falhou em atingir seus objetivos e acabou fortalecendo efeitos colaterais adversos, tais como a militarização do conflito entre forças estatais e organizações criminosas nas periferias, o aumento da criminalidade urbana, violência policial, racismo institucionalizado, superlotação de presídios e do financiamento de atividades ilícitas diversas como o próprio terrorismo.

Nesse sentido, as contribuições da Escola de Copenhague no âmbito da segurança

discursiva e da segurança regional vem sendo utilizadas, cada vez mais, pelas comunidades acadêmicas, com o intuito de investigar as relações entre movimentos retóricos, a delimitação de agendas e a formulação de políticas públicas. O trabalho apresentado representa apenas um dos diversos recortes possíveis sobre os impactos dos discurso político nas redes de poder que estruturam as relações interamericanas de segurança.

Referências Bibliográficas

- ARNSON, Cynthia; ESFANDIARI, Haleh; STUBITS, Adam. *Iran in Latin America: Threat or 'Axis of Annoyance'?*. Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2009.
- BAHBAH, Bishara; BUTLER, Linda. *Israel and Latin America: The Military Connection*. Londres: Macmillan, 1986.
- BEIT-HALLAHMI, Benjamin. *The Israeli Connection: Who Israel Arms and Why*. Nova Iorque: Pantheon, 1987.
- BUZAN, B; WAEVER, O. Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitization theory. *Review of International Studies*, v.35, n.2, pp. 253-276, 2009.
- CALDERON, Silvia; HOLMAN, Mirya R. Sharing the Same Demons: The Venezuelan-Iranian Alliance and Their Anti-U.S. Ideology. *Florida Atlantic University Undergraduate Research Journal*, v.3, n.1, p. 47-56, 2014.
- CHAN, Steve; SAFRAN, William. Public Opinion as a Constraint against War: Democracies' Responses to Operation Iraqi Freedom. *Foreign Policy Analysis*, 2, pp.137-156, 2006.
- DIECK, Helene. *The influence of public opinion on post-cold war US military interventions*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2015.
- HERZ, Mônica; AMARAL, Arthur B. do. Política, violência e terrorismo(s) nas relações internacionais. In.: _____. (Orgs.). *Terrorismo e relações internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010.
- HOLSTI, Ole R. Public Opinion and Foreign Policy: Challenges to the Almond-Lippmann Consensus. *International Studies Quarterly*, vol.36, n.4, pp.439-466, 1992.
- JOHNSON, Stephen. *Iran's Influence in the Americas*. A Reporto of the CSIS Americas Program. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2012.
- LABROUSSE, Alain. *Geopolítica das Drogas*. São Paulo: Desatino, 2010.
- NEACK, Laura. *The new foreign policy: power seeking in a globalized era*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2008.
- RISSE
-
- KAPPEN, Thomas. Public Opinion, Domestic Structure, and Foreign Policy in Liberal Democracies. *World Politics*, vol. 43, n.4, pp. 479-512, 1991.
- UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). *The Globalization of Crime: A Transnational Organized Crime Threat Assessment*. Viena: United Nations Office on Drugs and Crime, 2010.
- VILLA, Rafael Duarte. O Paradoxo da Macrossecuritização: Quando a Guerra ao Terror não

Securitiza Outras “Guerras” na América do Sul. *Contexto Internacional*, vol. 26, n.2, p.349-383, 2014.

WATSON, Penny. Iran’s Latin America Strategy: 2005 to Present. *Democracy and Security*, v.13, n.2, 2016.